



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA
E-mail: contabilidade_ourizona@yahoo.com.br - CNPJ: 76.282.672/0001-07
Rua Bela Vista, 1.014 – Fone: (44) 3278-1592 – Fax: (44)3278-1314 Cep: 87.170-000
Ourizona - Paraná

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 34/2020

EM ATENDIMENTO AO PARÁGRAFO 4º DO ART.9º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº101/2000 – LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, A CÂMARA MUNICIPAL E PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA, REPERESNTADAS RESPECTIVAMENTE PELO PRESIDENTE DO LEGISLATIVO, VEREADOR ALEX ANIS E PELO PREFEITO MUNICIPALMANOEL RODRIGO AMADO, COM O OBJETIVO DE AMPLIAR E APROFUNDAR A DEMOCRACIA, BEM COMO DESENVOLVER A CIDADANIA, CONVIDA A POPULAÇÃO, PARA PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA PUBLICA A SER REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL, NO DIA 28DE SETEMBRO (SEGUNDA - FEIRA), COM INICIO ÀS 10:00 HS PARA AVALIAÇÃO E DEMONSTRAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO SEGUNDOQUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2020, A SER APRESENTADA PELO PODER EXECUTIVO PERANTE A COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURIZONA.

OBS: SERÁ OBRIGATÓRIO O USO DE MÁSCARAS E DISPONIBILIZAREMOS ÁLCOOL EM GEL.

Ourizona, 11de Setembro de 2020.

Presidente do Legislativo

Manoel Rodrigo Amado
Prefeito Municipal

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº. 35/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE OUIZONA, vêm a público, em atendimento ao disposto no § único do Art. 48, da Lei 101 de 04 de maio de 2000 (LRF), para informar que aos 28 dias do mês de Setembrode 2020, Segunda-feira, realizará Audiência Pública, com início às10:30hs, nas dependências da Câmara Municipal de OURIZONA, relativa a LOA – Lei do Orçamento Anual para o exercício de 2021.

Cópia do presente Edital, publicada pela Imprensa Oficial do Município, permanecerá afixada em local visível nas dependências do Paço Municipal.

OBS: SERÁ OBRIGATÓRIO O USO DE MÁSCARAS E DISPONIBILIZAREMOS ÁLCCOL EM GEL.

Ourizona, 10 de Setembro de 2020.

Manoel Rodrigo Amado
Prefeito Municipal

Presidente da Câmara



RESOLUÇÃO Nº 012/2020

SÚMULA: Dispõe sobre a Apreciação e Aprovação da Prestação de Contas Final do Incentivo à Pessoa com Deficiência III referente do município de Santa Inês – PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de atribuições, considerando o disposto na Lei Municipal Nº426/2017 de 23 de Junho de 2017, e

- ✓ A Orientação SIFF/SEJUF Nº 004, de 25 de Julho de 2020 e;
- ✓ A reunião plenária realizada em 09 de Setembro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Prestação de Contas Final do Incentivo à Pessoa com Deficiência III do município de Santa Inês – PR.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor após sua publicação.

Santa Inês, 09 de Setembro de 2020.

Luciana Mindóia da Silva
Presidente do CMAS



RESOLUÇÃO Nº 011/2020

SÚMULA: Dispõe sobre a Apreciação e Aprovação da Prestação de Contas do Incentivo à Pessoa com Deficiência III referente ao 1º Semestre de 2020 do município de Santa Inês – PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de atribuições, considerando o disposto na Lei Municipal Nº426/2017 de 23 de Junho de 2017, e

- ✓ A Orientação SIFF/SEJUF Nº 004, de 25 de Julho de 2020 e;
- ✓ A reunião plenária realizada em 09 de Setembro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Prestação de Contas do Incentivo à Pessoa com Deficiência III referente ao 1º Semestre de 2020 do município de Santa Inês – PR.

Art. 2º Aprovar justificativa do Órgão Gestor apresentado ao CMAS para o saldo superior a 30% da prestação de contas do Incentivo à Pessoa com Deficiência III referente ao Pagamento até 31/12/202019 do município de Santa Inês – PR (em anexo).

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor após sua publicação.

Santa Inês, 09 de Setembro de 2020.

Luciana Mindóia da Silva
Presidente do CMAS



RESOLUÇÃO Nº 010/2020

SÚMULA: Dispõe sobre a Apreciação e Aprovação da Prestação de Contas do Incentivo Adesão Espontânea II referente ao Pagamento até 30/06/2020 do município de Santa Inês – PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de atribuições, considerando o disposto na Lei Municipal Nº426/2017 de 23 de Junho de 2017, e considerando:

- ✓ A Orientação SIFF/SEJUF Nº 002, de 17 de Junho de 2020 e;
- ✓ A reunião plenária realizada em 09 de Setembro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Prestação de Contas do Incentivo Adesão Espontânea II referente ao Pagamento até 30/06/2020 do município de Santa Inês – PR.

Art. 2º Aprovar justificativa do Órgão Gestor apresentado ao CMAS para o saldo superior a 30% da prestação de contas do Incentivo Adesão Espontânea II referente ao Pagamento até 30/06/2020 do município de Santa Inês – PR (em anexo).

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor após sua publicação.

Santa Inês, 09 de Setembro de 2020.

Luciana Mindóia da Silva
Presidente do CMAS



PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL – PROS
Paranaipoema - Estado do Paraná
CNPJ: 25.321.327/0001-96

EDITAL DE RETIFICAÇÃO

Nº 001/2020

A **PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL (PROS)**, do Município de *Paranaipoema-PR*, por seu presidente, abaixo assinado, vem, nos termos do Estatuto do Partido, Retificar o Edital de convocação de Convenções Municipais datado de 04/09/2020, em virtude de alteração do presidente e demais membros da comissão provisória do município de Paranaipoema, conforme Certidão do TRE protocolo 183626237586, Anotado em 09/09/2020, alterar o endereço da convenção para AV. PARANAPANEMA, SN (Rancho do Irmão Palanque), mantendo a ordem do dia, data e horário.

Paranaipoema, 11.de Setembro.de 2020.

Lucas Batista de Oliveira

Presidente do
PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL
PARANAPOEMA - PR - Municipal



RESOLUÇÃO Nº 009/2020

SÚMULA: Dispõe sobre a Apreciação e Aprovação da Prestação de Contas do Incentivo Adesão Espontânea referente ao 2º Semestre de 2019 do município de Santa Inês – PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de atribuições, considerando o disposto na Lei Municipal Nº426/2017 de 23 de Junho de 2017, e considerando:

- ✓ A Orientação SIFF/SEJUF Nº 002, de 17 de Junho de 2020 e;
- ✓ A reunião plenária realizada em 09 de Setembro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º Prestação de Contas do Incentivo Adesão Espontânea referente ao 2º Semestre de 2019 do município de Santa Inês – PR.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor após sua publicação.

Santa Inês, 09 de Setembro de 2020.

Luciana Mindóia da Silva
Presidente do CMAS



RESOLUÇÃO Nº 008/2020

SÚMULA: Dispõe sobre a Apreciação e Aprovação da Prestação de Contas do Piso Paranaense de Assistência Social I referente ao 1º Semestre de 2020 do município de Santa Inês – PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de atribuições, considerando o disposto na Lei Municipal Nº426/2017 de 23 de Junho de 2017, e considerando:

- ✓ A Orientação SIFF/SEJUF Nº 004, de 25 de Julho de 2020 e;
- ✓ A reunião plenária realizada em 09 de Setembro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º Prestação de Contas do Piso Paranaense de Assistência Social I (PPAS I) referente ao 2º Semestre de 2020 do município de Santa Inês – PR.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor após sua publicação.

Santa Inês, 09 de Setembro de 2020.

Luciana Mindóia da Silva
Presidente do CMAS



RESOLUÇÃO Nº 007/2020

SÚMULA: Dispõe sobre a Apreciação e Aprovação da Prestação de Contas do Piso Paranaense de Assistência Social I referente ao 2º Semestre de 2019 do município de Santa Inês – PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de atribuições, considerando o disposto na Lei Municipal Nº426/2017 de 23 de Junho de 2017, e considerando:

- ✓ A Orientação SIFF/SEJUF Nº 001, de 10 de Fevereiro de 2020 e;
- ✓ A reunião plenária realizada em 09 de Setembro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º Prestação de Contas do Piso Paranaense de Assistência Social I (PPAS I) referente ao 2º Semestre de 2019 do município de Santa Inês – PR.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor após sua publicação.

Santa Inês, 09 de Setembro de 2020.

Luciana Mindóia da Silva
Presidente do CMAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ
PRACA SANTA CRUZ, 249 – CENTRO – FONE (044) 243-1157
CNPJ/ME: 76.282.649/0001-04
São Jorge do Ivaí – Estado do Paraná

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

AUDIENCIA PUBLICA DA SAÚDE

A Secretaria Municipal de Saúde de São Jorge do Ivaí, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no Artigo 12, da Lei nº 8.689/93 e LC nº 141/2012, **CONVOCA** o Conselho Municipal de Saúde e a população do Município de São Jorge do Ivaí a participar da Audiência Pública Quadrimestral e realizar-se no dia 29 de Setembro de 2.020, às 09:30 horas. Nas dependências da Câmara Municipal, sito a Praça Santa Cruz, 249, sendo a seguinte ordem do dia:

I – Apresentação do Relatório Quadrimestral das Atividades da Saúde, relativo ao **SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2020**.

São Jorge do Ivaí, 02 de Setembro de 2020.

JOÃO GERALDO CASAGRANDE
Secretário Municipal de Saúde



CÂMARA MUNICIPAL DE OURIZONA
Rua Bela Vista, 998 – Centro - Fone: (44) 3278-1179 - Fax: (44) 3278-1179 - CEP 87170-000 e-mail: camaraourizona@bol.com.br



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO Nº: 192088/19
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE OURIZONA
INTERESSADO: MANOEL RODRIGO AMADO, MUNICÍPIO DE OURIZONA
ADVOGADO / PROCURADOR:
RELATOR: CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES

ACÓRDÃO DE PARECER PRÉVIO Nº 134/20 - Segunda Câmara

Prestação de Contas de Prefeito Municipal. Parecer Prévio pela regularidade com ressalva. Pagamento intempestivo de aportes para cobertura do déficit atuarial na forma apurada no laudo atuarial.

1. Trata-se da prestação de contas do Sr. MANOEL RODRIGO AMADO, prefeito do Município de Ourizona, relativa ao exercício financeiro de 2018. A Coordenadoria de Gestão Municipal, após análise dos contraditórios, por intermédio da Instrução nº 408/20 (peça 48), conclui que as contas estão regulares, recomendando, porém, a imposição de ressalva, em função do seguinte item:

- “Ausência de pagamento de aportes para cobertura do déficit atuarial na forma apurada no laudo atuarial” (fls. 02/04).
- O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 142/20 (peça 49), corrobora a manifestação técnica.
- E o relatório.**

2. As manifestações da Coordenadoria de Gestão Municipal e Ministério Público de Contas são uníssonas em relação ao apontamento de ressalva.

2.1. Ausência de pagamento de aportes para cobertura do déficit atuarial na forma apurada no laudo atuarial:

De acordo com a Coordenadoria (peça 26 – fls. 04/06), “considerando os termos do Laudo de Avaliação Atuarial que aponta a necessidade de aportes ao Regime Próprio de Previdência, visando equacionar o déficit atuarial e a consequente busca do equilíbrio financeiro do sistema”, constatou-se que o Município deixou de repassar ao Regime Próprio de Previdência o montante de R\$ 29.564,81.

Resumidamente, a unidade técnica acatou os esclarecimentos e documentos apresentados, confirmando a realização do repasse em dezembro de 2019, regularizando o apontamento (peça 48 – fls. 02/04). Entretanto, tendo em vista que o saneamento ocorreu em exercício posterior e que não houve prejuízo para a Entidade, opinou por ressalva às contas, opinativo esse adotado nesta decisão.

3. Face ao exposto, VOTO, com fundamento no art. 1º, I, combinado com o art. 16, II da Lei Complementar Estadual nº 113/2005, no sentido de que:

3.1. Seja emitido parecer prévio recomendando a **regularidade** das contas do Sr. MANOEL RODRIGO AMADO, prefeito do Município de Ourizona, relativas ao exercício financeiro de 2018, **ressalvando-se** o pagamento intempestivo de aportes para cobertura do déficit atuarial na forma apurada no laudo atuarial.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para registro, e, posteriormente, ao Gabinete da Presidência, para as providências contidas no § 6º do artigo 217-A do Regimento Interno e, por fim, à Diretoria de Protocolo, para encerramento, nos moldes do artigo 398, § 1º e art. 168, VII, do Regimento Interno.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:

1. emitir Parecer Prévio, com fundamento no artigo 1.º, I, combinado com o artigo 16, II da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005, recomendando a **regularidade** das contas do senhor Manoel Rodrigo Amado, prefeito do Município de Ourizona, relativas ao exercício financeiro de 2018, **ressalvando-se** o pagamento intempestivo de aportes para cobertura do déficit atuarial na forma apurada no laudo atuarial;

2. remeter os autos, após o trânsito em julgado, à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para registro, e, posteriormente, ao Gabinete da Presidência, para as providências contidas no § 6.º do artigo 217-A do Regimento Interno e, por fim, à Diretoria de Protocolo, para encerramento, nos moldes do artigo 398, § 1.º e artigo 168, VII, do Regimento Interno.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, IVAN LEILIS BONILHA e IVENS ZSCHOERPER LINHARES. Presente o Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas GABRIEL GUY LÉGER.

Plenário Virtual, 28 de maio de 2020 – Sessão Virtual n.º 2.

IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Conselheiro Relator

ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
Presidente

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA DE AMPLIAÇÃO (LP-A)

ARGEMIRO FERNANDO GOES torna público que irá requerer do I.A.T. a Licença Ambiental Prévia de Ampliação (LP-A) para aviários de engorda de frangos de corte localizado nos lotes 121 B e 121-C, Fazenda São José, da Gleba Esperança, Município de São Jorge do Ivaí, Estado do Paraná.

Empresas que incentivam a leitura e a informação Retire seu exemplar gratuitamente nos estabelecimentos

Ângulo Panificadora União Atalaia G&G Móveis Auto Posto Flórida Colorado Restaurante e Churrascaria Sabor e Arte Auto Posto A Jato Livraria do Tio Restaurante-Churrascaria-Pizzaria Colorado Supermercado Ramos - Jardim Cairi Distrito de Alto Alegre SuperMercado Casquinha Cruzeiro do Sul Hotel e Restaurante Eliana Floraí Auto Posto E1 Fran's Doces e Salgados Auto Posto Floraí Inajá Farmácia Santa Inês Panificadora Nossa Senhora Aparecida Itaguaí Supermercado Pontal Quitanda do Marreta Jardim Olinda Panificadora Doce Sabor	Nova Esperança A Churrascaria Panificadora Pão de Mel Auto Posto Sede Alvorada II Bar Líder Ourizona Mercado Bandeirantes Panificadora e Confeitaria Doce Pão Mercado Vieira Mercearia Nossa Senhora Aparecida Paranacity Itália Panificadora Paranaipoema Auto Posto Paraná Panificadora Evangelista Michel Cabeleireiro Panificadora 2 Irmãos Presidente Castelo Branco Loterias Faraoni Santo Inácio Lanchonete e Petiscaria Jangada Açougue São José Santa Inês Auto Posto Santa Inês Panificadora Cantinho do Pão São Jorge do Ivaí Auto Posto Forini Studio Mec Foto e Vídeo Farmácia Farmadin Uniflor Mercado Mineiro Distrito de Fiorópolis Venda do José Baixinho
--	---



Editado por: Del Grossi & Cia Ltda - EPP
CNPJ/ME 79.989.505/0001-80
DATA DE FUNDACÃO
03/04/1960
Administração, Redação, Publicidade
Rua Lord Lovat, nº 500 (sede própria), SL 1
Telefone: 9.911-1871 – Telefax: (44) 3252-1177
E-mail: contato@regionaljournal.com.br
CEP 87.600.000 - Nova Esperança - Paraná
SUCURSAL EM COLORADO
Rua Deputado Branco Mendes, nº 549
1º Andar (sede própria)
Telefax: (44) 3323-2543
CEP 86.690.000 - Colorado – Paraná
Diretor: Edemar Del Grossi

Conselho Editorial:
Darlene Siqueira, Antonia Donata
Diretores de Redação:
Lucas Siqueira Del Grossi, Luis Fernandes, Maria Gomes
Colaboradores:
Alcídio Odair Polo - Colorado
Antonio Vitoretto - Nova Esperança
Projeto Gráfico:
Raul Siqueira Del Grossi
Tiragem: 3.000 exemplares
É permitida a reprodução de qualquer matéria veiculada, sem previa autorização da direção, desde que conste a fonte: “Jornal o Regional”.

Artigos assinados são de responsabilidade do autor, não representam a opinião do veículo que dispõe de direito de resposta.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ**
PRACA SANTA CRUZ, 249 - CENTRO - FONE (044) 243-1157
CNPJ/MF. 76.282.649/0001-04
São Jorge do Ivaí - Estado do Paraná**PORTARIA Nº 123/2020**

O Prefeito do Município de São Jorge do Ivaí, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei,

RESOLVE

CONCEDER, ao funcionário abaixo relacionado, 20 (vinte) dias de FÉRIAS REGULAMENTARES, de conformidade ao art. 106, da Lei Municipal nº 38/90.

FUNCIONÁRIO	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FÉRIAS
Azilene José da Rocha	Agente de Endemias	01/02/2018 a 31/01/2019	14/09/2020 a 03/10/2020

Registre-se e Publique-se.

PAÇO MUNICIPAL DR. RAUL MARTINS, em 11 de setembro de 2020.

ANDRÉ LUIS BOVO
Prefeito

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2020
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 08/2020
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2020

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Declaro inexigível a licitação, com fundamento no inciso I, do artigo 25 da Lei nº 8.666/93, alterações constantes do Decreto Federal nº 9.412/2018, Lei nº 11.947/2009, Resoluções/FNDE nº 038/2019, nas instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e Parecer Jurídico respectivo, consoante processo em epígrafe, visando aquisições de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar Rural, para atender o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) durante o exercício de 2020, no valor de R\$ 9.970,00 (nove mil e novecentos e setenta reais), tudo de conformidade com os documentos que instruem o processo licitatório epigrafado.

Faço ao disposto no artigo 26, da Lei Federal nº 8666/93, submeto o ato à autoridade superior para a sua ratificação e devida publicidade.

São Jorge do Ivaí-PR, 11 de setembro de 2020.

Claudineia Sossai Navarro
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

RATIFICAÇÃO

RATIFICO o ato supra, de autoria de Claudineia Sossai Navarro, Secretária Municipal de Educação e Cultura, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

São Jorge do Ivaí-PR, 11 de setembro de 2020.

ANDRÉ LUIS BOVO
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ-PR, com endereço na Praça Santa Cruz, nº 249 - Centro, em São Jorge do Ivaí - Paraná, comunica aos interessados que se encontra aberta a Licitação na Modalidade de TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2020, no Departamento de Licitação, situado à Praça Santa Cruz, nº 249 - Centro, 1º andar, Edifício Anexo, para aquisição de 01 (um) veículo tipo van, novo, zero km e demais especificações constantes no edital, inclusive seus anexos, visando o transporte de pacientes da Secretaria Municipal de Saúde, com recursos do Governo do Estado do Paraná, Resolução Sesa nº 870/2020 que visa o incentivo financeiro de investimento para o transporte sanitário dos municípios. O Edital de Tomada de Preços nº 08/2020 completo encontra-se à disposição dos interessados no site do município www.pmsjvaipr.gov.br que dispõe a Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, com as alterações introduzidas pelas Leis Federais nº 8.883/94 e 9.648/98 e alterações subsequentes. **Horário da entrega dos documentos de habilitação e da proposta comercial:** até às 08h30min do dia 05 de outubro de 2020. **Horário da abertura dos envelopes:** às 09:00 horas do mesmo dia.

São Jorge do Ivaí-PR, 11 de setembro de 2020.

José Geraldo Casagrande
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE.

ERRATA

Foi publicado no dia 06/09/2020 no Jornal O REGIONAL - Edição nº 3227, página 11, o EXTRATO do 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 09192/2019 - ADITIVO VALOR E PRAZO.

Onde se lê:
TERMO ADITIVO: 1º Termo Aditivo ao contrato: Aditivo de valor em R\$ 17.987,35, significando um acréscimo de 20,38% ao contrato original, que passa a vigorar em R\$ 106.231,20. Aditivo de prazo de execução do objeto em 90 dias, passando a vigorar em 270 dias, até a data de 25 de outubro de 2020.

Lê-se:
TERMO ADITIVO: 1º Termo Aditivo ao contrato: Aditivo de valor em R\$ 17.987,35, significando um acréscimo de 21,90% ao contrato original, que passa a vigorar em R\$ 100.112,01. Aditivo de prazo de execução do objeto em 90 dias, passando a vigorar em 270 dias, até a data de 25 de outubro de 2020.

São Jorge do Ivaí - PR, 10 de setembro de 2020.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº3 AO CONTRATO Nº 05192/2019 - ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DA TOMADA DE PREÇOS 05/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ
CONTRATADO: R. MARTINS GARCIA CONSTRUÇÃO CIVIL - EIRELI EPP
OBJETO: 3º Aditivo de prazo de execução ao contratado, com vencimento em 27 de junho de 2020, por mais 150 (cento e cinquenta) dias, até a data de 24 de novembro de 2020 e aditivo de vigência com vencimento em 21 de julho de 2020, por mais 150 (cento e cinquenta) dias, até a data de 18 de dezembro de 2020
FUNDAMENTO LEGAL: artigo 57, § 1º, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

14.02.15.451.0019.1.025	Obras de reforma e melhoria no cemitério e capela mortuária.
44.90.51.00.00	Obras e Instalações

REFERÊNCIA: Tomada de Preços nº 05/2019
DATA: 19/06/2020

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ	PREGÃO PRESENCIAL Nº: 19/2020 - PR
CNPJ: 76.282.649/0001-04 PRACA SANTA CRUZ, 249 C.E.P.: 87190-000 - São Jorge do Ivaí - PR	Processo Administrativo: 61/2020 Processo de Licitação: 61/2020 Data do Processo: 25/08/2020
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, ANDRÉ LUIS BOVO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nº: 61/2020
b) Licitação Nº: 19/2020-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 11/09/2020
e) Objeto da Licitação

REGISTRO DE PREÇOS visando eventual contratação de serviços médicos especializados na área de Ginecologia e Clínica Geral, a ser prestado junto a Unidade Básica de Saúde, visando o atendimento de toda a população do Município de São Jorge do Ivaí.

(em Reais R\$)									
A.G.S. CLINICA MEDICA LTDA - ME (2848)									
2 Médico Ginecologista - Consultas e demais procedimentos ambulatoriais. Local: Unidade Básica de Saúde.	CST	1.800,00	0,0000	71,00				156.800,00	
									Total dos Fornecedor: 156.800,00

MARTINS & MARTINS SERVIÇOS MÉDICOS S/S (3223)									
1 Médico Clínico Geral - consultas e demais procedimentos ambulatoriais de atendimento de Urgência e Emergência, 20 (vinte) horas semanais.	ME	12,00	0,0000	8.070,00				96.840,00	
									Total dos Fornecedor: 96.840,00
									Total Geral: 203.340,00

São Jorge do Ivaí, 11 de Setembro de 2020.

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 8/2020 - IL
CNPJ: 76.282.649/0001-04 PRACA SANTA CRUZ, 249 C.E.P.: 87190-000 - São Jorge do Ivaí - PR	Processo Administrativo: 49/2020 Processo de Licitação: 49/2020 Data do Processo: 03/07/2020
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, ANDRÉ LUIS BOVO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nº: 49/2020
b) Licitação Nº: 8/2020-IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
d) Data Homologação: 11/09/2020
e) Objeto da Licitação

Chamamento público de compra da agricultura familiar para aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores e/ou empreendedores de base familiar rural, destinados ao preparo das refeições oferecidas aos alunos matriculados na educação básica das instituições educacionais da rede pública.

(em Reais R\$)									
1) Fornecedor e itens declarados Vencedores (cfe. cotação):	Qtde de Itens	Valor Unitário (R\$)	Total dos Itens						
- 00290 - CÉLIA MARIA BIRIO	7							9.970,00	
									9.970,00

São Jorge do Ivaí, 11 de Setembro de 2020.

ANDRÉ LUIS BOVO
Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO**
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76.970.375/0001-46**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****SANTO INÁCIO - ESTADO DO PARANÁ**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 042/2020-FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2020

- Contratante: MUNICIPIO DE SANTO INACIO
- Contratado: CLINICA ODONTOLOGICA MON BRAS LTDA
CNPJ Nº 30.404.682/0001-69
- Objeto do Contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA CONFEÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, DESTINADO A SUPRIR AS NECESSIDADES JUNTO AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTO INÁCIO.
- Valor do Contrato: R\$-5.600,00 (Cinco Mil e Seiscentos Reais)
- Prazo de Vigência do Contrato : 09/12/2020
- Foro do Contrato: Colorado - Estado do Paraná.
- Data de Assinaturado Contrato: 10/09/2020.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 016/2020-FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 037/2020
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Faço ao constante destes autos de procedimento licitatório, referente à Dispensa n.º 016/2020-FMS do tipo menor preço, e expirado o prazo recursal, homologo o procedimento licitatório, com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93. Assim, adjudico/HOMOLOGO a Dispensa N.º - 016/2020-FMS, cujo objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA CONFEÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, DESTINADO A SUPRIR AS NECESSIDADES JUNTO AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTO INÁCIO no valor de **R\$-5.600,00 (Cinco Mil e Seiscentos Reais)**, para atender o Fundo Municipal de Saúde, em favor da empresa CLINICA ODONTOLOGICA MON BRAS LTDA , 30.404.682/0001-69, por ser a proposta mais vantajosa para a Administração.

SANTO INÁCIO - PR, 10de setembro de 2020.

SANDRA GALLEGO ZANOLO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 124/2020-PMSI
PROCESSO DISPENSA Nº 040/2020

- Contratante: MUNICIPIO DE SANTO INACIO
- Contratado: MASTER DISTRIBUIDORA EIRELI - ME
CNPJ 13.651.913/0001-10
- Objeto do Contrato: AQUISIÇÃO DE POTES PLÁSTICOS RETORNÁVEIS COM TAMPA E DIVISÓRIAS OU DUPLO PARA ATENDER O PROJETO MERENDA EM CASA, NO QUAL SERÃO DISTRIBUÍDAS MARMITAS PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
- Valor do Contrato: R\$-4.125,00 (Quatro Mil, Cento e Vinte e Cinco Reais) .
- Prazo de vigência do Contrato: 08/01/2021 .
- Foro do Contrato: Colorado - Estado do Paraná.
- Data de Assinaturado Contrato: 10/09/2020

MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 040/2020-PMSI
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 087/2020
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Expirado o prazo recursal, torna-se pública a ADJUDICAÇÃO do procedimento licitatório em epígrafe e a HOMOLOGAÇÃO do objeto, para AQUISIÇÃO DE POTES PLÁSTICOS RETORNÁVEIS COM TAMPA E DIVISÓRIAS OU DUPLO PARA ATENDER O PROJETO MERENDA EM CASA, NO QUAL SERÃO DISTRIBUÍDAS MARMITAS PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO junto a Empresa MASTER DISTRIBUIDORA EIRELI - ME, CNPJ Nº 13.651.913/0001-10, no valor de R\$-4.125,00 (Quatro Mil, Cento e Vinte e Cinco Reais), para atender a Secretaria Municipal de Educação, ser a proposta mais vantajosa para a Administração.

Santo Inácio, 09 de setembro de 2020

JUNIOR MARCELINO DOS SANTOS
Prefeito Municipal



Colorado
PREFEITURA MUNICIPAL
CNPJ: 76.970.326/0001-03

www.colorado.pr.gov.br
Avenida Brasil, 1250 - Centro - CEP: 86.690-000
(44) 3321-1200

PRIMEIRO EXTRATO DE ADITIVO DE**REEQUILIBRIO ECONOMICO E FINANCEIRO**

Contrato_ nº 123/2020.

Pregão Presencial_ nº 13/2020

Contratante:_ PREFEITURA MUNICIPIO DE COLORADO.

Contratada:_ CLASSMED PRODUTOS HOSPITALARES.

Objetivo:_ Aquisição de medicamentos para atender as unidades de saúde do município de Colorado.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Prego ant.	Prego atual	Prego Total
61	5.000,00	AMP	COD BR 0267107 FENITOINA SODICA DOSAGEM 50MG/ML APRESENTAÇÃO SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 5,00 ML	HIPOLABOR	1,92	2,60	13.000,00
							Total 13.000,00

Colorado, 10 de setembro de 2020.

Marcos José Consalter de Mello

PREFEITO

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DA RATIFICAÇÃO E DO EXTRATO DO CONTRATO DA DISPENSA 085/2020.

A Prefeitura do Município de Colorado, através de seu Prefeito, torna público a retificação da publicação da Ratificação e do Extrato do Contrato da DISPENSA nº 085/2020, publicado a Ratificação no jornal o regional nº 2311 em 26/08/2020 e do Extrato do Contrato no jornal 3226 em 02/09/2020.

Onde se lê:

Objeto - AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PARA CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER "AGOSTO LILÁS", E SACOLAS DE TECIDOS PARA CRAS E SCFV.

Leia-se:

Objeto - AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PARA CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA, ADOLESCENTE, MULHER E IDOSOS. E SACOLAS DE TECIDOS PARA CRAS E SCFV.

As demais disposições contidas no Edital permanecem inalteradas.

Colorado, 03 de Setembro de 2020.

Marcos José Consalter de Mello
Prefeito

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DA RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE 061/2020.

A Prefeitura do Município de Colorado, através de seu Prefeito, torna público a retificação da publicação da Ratificação da Inexigibilidade nº 061/2020, publicado no jornal o regional nº 3228 em 09/09/2020.

Onde se lê:

No Objeto - PORTARIA 1.288/GM/MS DE 25/05/2017.

Leia-se:

No Objeto - PORTARIA 2.254/GM/MS DE 26/07/2018.

As demais disposições contidas no Edital permanecem inalteradas.

Colorado, 11 de Setembro de 2020.

Marcos José Consalter de Mello
Prefeito

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 245/2020.

CONTRATO Nº 245/2020.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 160/2020.
DISPENSANº 070/2020.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 08.788.720/0001-75, representado pelo senhor Antônio Luiz de Oliveira Filho, inscrito no cpf nº 619.360.659-91, portador do rg nº 4.300.075-6/PR, residente e domiciliado nesta cidade de Colorado, Estado do Paraná, juntamente com o MUNICIPIO DE COLORADO, Estado do Paraná, CNPJ: 76.970.326/0001-03, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Marcos José Consalter de Mello, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade R.G. nº 1.415.390-SS/PR, inscrito no CPF nº 387.938.149-68, residente e domiciliado nesta cidade de Colorado, Estado do Paraná, doravante denominado **DISTRATANTE** e de outro lado a empresa **VITOR SEITY SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Pastor Jorge, 650, Vila Liberdade, na cidade de Presidente Prudente, CEP: 19.050-270, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 37.560.367/0001-70, neste ato representada pelo Sr. Vitor Seity Gonçalves Pereira, residente e domiciliado nesta cidade de Colorado, Estado Paraná, CEP 86.690-000, doravante denominada **DISTRATADA**, e perante as testemunhas abaixo subscritas, resolvem firmar o presente termo de Rescisão Contratual, com fulcro no art. 79, II da Lei Federal 8.666/93, em sua atual redação, mediante às cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - As partes acima qualificadas, na melhor forma de direito resolvem firmar o presente Termo de Rescisão Amigável ao Contrato para **CONTRATAÇÃO DIRETA DE PROFISSIONAL MÉDICO (CLÍNICO GERAL) PARA ATENDER A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CENTRAL, DO MUNICIPIO DE COLORADO, ESTADO DO PARANÁ, conforme especificações junto à Dispensa de Licitação nº 070/2020.**

CLÁUSULA SEGUNDA - As partes dão uma à outra, plena, geral e irrevogável quitação, para não mais reclamarem no presente ou no futuro, renunciando ao direito de arrendimento, obrigando-se a fielmente cumprirem todas as cláusulas do presente Termo de Rescisão Contratual, fazendo deste instrumento sempre fiel e valioso, em qualquer tempo e lugar.

CLÁUSULA TERCEIRA - As partes elegem o Foro da Comarca de Colorado - Estado do Paraná para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Rescisão.

E, por assim estarem justos e acordados, em todos os seus atos e termos, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito e na presença de duas testemunhas que também o assinam.

Colorado-Pr, 28 de Agostode 2020.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
José Hélio Geminiano
Gestor

DISTRATANTE

MUNICIPIO DE COLORADO
Marcos José Consalter de Mello
Prefeito

DISTRATANTE

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COLORADO**
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**Estado do Paraná****EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO: Nº 314/2020.

INEXIGIBILIDADE: Nº 060/2020.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICÍPIO DE COLORADO.

CONTRATADA: FUNDAÇÃO VALE DO PARANAPANEMA. (FUNVAPAR).

OBJETIVO: REPASSE DE RECURSOS REFERENTE (POA) 2020/2021 QUANTO A PACUTUAÇÃO DE AIHS DO MUNICIPIOS DE COLORADO -PR.
VALOR TOTAL: R\$ 90.013,00 (Noventa mil e treze reais).

VIGÊNCIA: 31/01/2021

PRAZO DE EXECUÇÃO: 118 (cento e dezoito) dias

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS:

09.001.10.302.0007.2.025	Desenvolver as Ações de Alta e Média Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.	Reduzido 380 - 33.90.39.50.30 (fonte 494) - Serviços e Procedimentos em Saúde de Média e Alta Complexidade.
--------------------------	--	---

Colorado - PR, 10 de Setembro de 2020.

José Hélio Geminiano
GESTOR FUNDO MUN. DE SAUDE

Marcos José Consalter de Mello
PREFEITO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 315/2020.

INEXIGIBILIDADE: Nº 061/2020.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

CONTRATADA: FUNDAÇÃO VALE DO PARANAPANEMA. (FUNVAPAR).

OBJETIVO: RENOVAÇÃO DA HABILITAÇÃO DE 15 NOVOS LEITOS DE ENFERMARIA CLÍNICA DE RETAGUARDA, E QUALIFICAÇÃO DE 15 LEITOS JÁ EXISTENTES, DISPONÍVEIS AO SUS NO HOSPITAL SANTA CLARA DE COLORADO - PR. CNES 2733307 CONFORME PORTARIA 2.254 DE 26/07/2018.
VALOR: R\$ 969.531,25 (NOVECIENTOS E SESENTA E NOVE MIL QUINHENTOS E TRINTA E UM REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS).

VIGÊNCIA: 31/01/2021

PRAZO DE EXECUÇÃO: 31/12/2020

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS:

09.001.10.302.0007.2.025	Desenvolver as Ações de Alta e Média Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.	Reduzido 380 - 33.90.39.50.30 (fonte 494) - Serviços e Procedimentos em Saúde de Média e Alta Complexidade.
--------------------------	--	---

Colorado - PR, 10 de Setembro de 2020.

José Hélio Geminiano
GESTOR FUNDO MUN. DE SAUDE

Marcos José Consalter de Mello
PREFEITO

AVISO DE RATIFICAÇÃO

LICITAÇÃO MODALIDADE: DISPENSA Nº 096/2020.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - CNPJ 08.788.720/0001-75 - MUNICIPIO DE COLORADO, ESTADO DO PARANÁ - CNPJ 76.970.326/0001-03.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.





RUA SÃO PEDRO, Nº 443, CENTRO, CEP 86.780-000
CNPJ: 75.772.400/0001-14
administracao@florida.pr.gov.br | 44 3257-1212

PORTARIA Nº 1.603, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

Prorroga licença para tratamento de saúde à servidora Tamires Villas Boas Custódio Ávila.

A PREFEITA MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 123 da Lei Municipal nº 003/2001

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogada, licença para tratamento de saúde, à servidora Tamires Villas Boas Custódio Ávila, matrícula 2-01223, partir de 3 de setembro de 2020 e término em 2 de outubro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 3 de setembro de 2020.

Flórida, 10 de setembro de 2020.

Doi: 000
MARCIA CRISTINA DALL'AGO
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 1.604, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020.

Concede licença para tratamento de saúde à servidora Juliana Molina.

A PREFEITA MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 123 da Lei Municipal nº 003/2001

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida, licença para tratamento de saúde, à servidora Juliana Molina, matrícula 2-01149, com data de início em 4 de setembro de 2020 e término em 2 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 4 de setembro de 2020.

Flórida, 11 de setembro de 2020.

Doi: 000
MARCIA CRISTINA DALL'AGO
Prefeita Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA**

E-mail: contabilidade_ourizona@yahoo.com.br - CNPJ: 76.282.672/0001-07
Rua Bela Vista, 1.014 - Fone: (41) 3278-1592 - Fax: (41) 3278-1314 Cep: 87.170-900
Ourizona - Paraná

EXTRATO DE CONTRATO Nº 54/2020

TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2020- PMO

Contratante: MUNICÍPIO DE OURIZONA-PR

Contratada: TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO SANTA FÉ LTDA - EPP.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM VIAS PÚBLICAS DO PERÍMETRO URBANO NO MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO, MEMORIAIS E PLANILHAS.
Duração: 12 (doze) meses.

Valor: R\$ 442.855,65 (Quatrocentos e quarenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos)

Data da Assinatura: 11 de setembro de 2020.

Ourizona-PR, 11 de setembro de 2020.

Doi: 000
MANOEL RODRIGO AMADO
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE TERMO DE CANCELAMENTO TOTAL
DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURIZONA/ PR

CONTRATADA: AUTO POSTO POPULAR II LTDA:

OBJETO: Cancelamento total da ata de registro de preços nº 04/2020, oriunda do pregão presencial 07/2020, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL, TIPO: GASOLINA COMUM, ETANOL, ÓLEO DIESEL S10 E ARLA 32 (AGENTE REDUTOR LÍQUIDO AUTOMOTIVO), PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DESTA MUNICÍPIO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 21 do decreto 7.982/2013, e cláusula 6.1.1. - "I" da referida ata.

JUSTIFICATIVA: Razões de interesse público, conforme disposições legais.

DATA DA ASSINATURA: 11 de setembro de 2020.

Ourizona-PR, 11 de setembro de 2020.

Doi: 000
MANOEL RODRIGO AMADO
Prefeito Municipal

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
DE PROCESSO LICITATÓRIO – TOMADA DE PREÇOS 07/2020**

O Prefeito Municipal, MANOEL RODRIGO AMADO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente licitação nestes termos: Processo: 83/2020 Licitação n.º: 07/2020 Modalidade: Tomada de preços

Data de Homologação e Adjudicação: 11/09/2020

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM VIAS PÚBLICAS DO PERÍMETRO URBANO NO MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO, MEMORIAIS E PLANILHAS.
Fornecedor: TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO SANTA FÉ LTDA - EPP.

Total do Item Valor: R\$ 442.855,65 (Quatrocentos e quarenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos).

Ourizona, PR 11/09/2020

Doi: 000
Manoel Rodrigo Amado
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA	PREGÃO PRESENCIAL N.º: 28/2020 - PR
CNPJ: 76.282.672/0001-07 RUA BELA VISTA, 1014 CEP: 87170-000 - Ourizona - PR	Processo Administrativo: 87/2020 Processo de Licitação: 84/2020 Data do Processo: 28/07/2020
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, MANOEL RODRIGO AMADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo N.º: 84/2020
b) Licitação N.º: 28/2020-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 11/09/2020
e) Data da Adjudicação: 11/09/2020 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA ÁREA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO (ELABORAÇÃO DE LAUDOS, AVALIAÇÕES, ADMISSIONS, PERÍCIAS E DEBENTOS E EXAMES).

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	Cidade do Item	Média Desconto (%)	(em Reais R\$) Total dos Itens
Lot: 1 - 003654 - F MOSCONI SOLUÇÕES - ME	18	0,0000	83.800,00
	Total por Fornecedor:	18	83.800,00
	Total:	18	83.800,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.005.33.90.30.00.00.00.00 (69)

Ourizona, 11 de Setembro de 2020.

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA	PREGÃO PRESENCIAL N.º: 34/2020 - PR
CNPJ: 76.282.672/0001-07 RUA BELA VISTA, 1014 CEP: 87170-000 - Ourizona - PR	Processo Administrativo: 93/2020 Processo de Licitação: 90/2020 Data do Processo: 17/08/2020
Folha: 1/2	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, MANOEL RODRIGO AMADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo N.º: 90/2020
b) Licitação N.º: 34/2020-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 11/09/2020
e) Data da Adjudicação: 11/09/2020 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS E INSUMOS MÉDICOS HOSPITALARES PARA ATENDIMENTO DEBANDADA DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	Cidade do Item	Média Desconto (%)	(em Reais R\$) Total dos Itens
- 003942 - ALTERNED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	20	0,0000	8.305,94
- 004265 - CIRURGICA NOSSA SENHORA EIRELI EPP	43	0,0000	36.420,92
- 003881 - CRIH CENTRAL DE MEDICAMENTOS EIRELI ME	83	0,0000	156.554,38
- 004298 - INOVAÇÕES CONSORCIO DE MEDICAMENTOS E	6	0,0000	4.075,16
- 003639 - MAXMED DISTRIBUIDORA DE MED E COS LTDA ME	16	0,0000	1.674,40
- 001411 - MAX MED PRODUTOS CIRURGICOS LTDA	71	0,0000	188.609,90
- 001407 - MULTHOSP COMERCIAL DE PRODUTOS	9	0,0000	25.942,38
- 001625 - PROSALUD COMERCIO DE PRODUTOS	8	0,0000	3.445,00
- 004109 - PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	17	0,0000	11.351,00
- 004943 - RANGEL HOSPITALAR EIRELI	10	0,0000	2.759,00
	283		439.178,08

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.005.33.90.30.00.00.00.00 (288)

Ourizona, 11 de Setembro de 2020.

Doi: 000
MANOEL RODRIGO AMADO
Prefeito Municipal

**MUNICÍPIO DE FLORAI - PR
DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL
RELATÓRIO DE GESTÃO - (Art. 18 da Instrução Normativa nº. 36/2009-TCE)**

4º BIMESTRE 2020
(julho-agosto)

RECEITAS DO TESOUREO	Prev. Atualizada	No bimestre	Até o bimestre
RECEITAS CORRENTES	R\$ 21.297.806,64	4.231.956,51	14.283.925,60
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	R\$ 2.281.763,90	618.686,23	1.281.726,53
Contribuições	R\$ 635.781,66	120.823,38	469.343,34
Receita Patrimonial	R\$ 154.165,76	-32.184,91	14.719,04
Receita de Serviços	R\$ -	475,00	3.117,58
Transferências Correntes	R\$ 18.226.095,32	3.473.828,20	12.464.690,50
Outras receitas correntes	R\$ -	50.328,61	50.328,61
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 162.683,04	583.876,31	1.125.769,92
Alienação de bens	R\$ 162.683,04	0,00	0,00
Transferências de Capital	R\$ -	583.876,31	1.125.769,92
TOTAL GERAL	R\$ 21.460.489,68	4.815.832,82	15.409.695,52

ASSISTENCIA SOCIAL

DESPESAS		Dotação	Atualizada	Empenhada no Bimestre	Empenhada até o Bimestre
08.001 - DIVISÃO DA FAMÍLIA	R\$		459.139,77	80.154,76	289.334,17
1.064 - Reformar, ampliar e/ou remodelar o CRAS	R\$		14.343,77	0,00	
2.045 - Manutenção da divisão da família	R\$		444.578,64	80.154,76	289.334,17
6.025 - Manter o Fundo Municipal Segurança Alimentar e Nutricional	R\$		217,36	0,00	0,00
08.002 - DIV TERCEIRA IDADE E NECESSIDADES ESPECIAIS	R\$		488.742,79	36.903,34	319.699,21
1.035 - Implantar e/ou reformar academias da terceira idade	R\$		3.370,80	0,00	
1.036 - Reformar e/ou ampliar Centro de Convivência	R\$		47.966,15	24.708,91	24.708,91
1.065 - Implantar o Centro do Idoso	R\$		59.774,35	0,00	0,00
1.071 - Construção de Centro de Convivência	R\$		305.000,00	0,00	279.559,97
2.046 - Manutenção da Divisão da Terceira Idade	R\$		35.864,60	0,00	0,00
2.064 - Manter Fundo Munic Promoção Direitos Idoso	R\$		36.766,89	12.194,43	15.430,33
08.004 - DIVISÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL	R\$		538.017,56	28.439,49	205.869,57
1.029 - Aquisição veículos, equipamentos, material permanente	R\$		126.996,54	949,00	62.587,90
2.013 - Manutenção do CRAS	R\$		148.238,58	5.988,62	36.125,99
2.020 - Atividades de proteção social especial	R\$		29.987,90	0,00	5.254,83
2.021 - Fortalecimento controle social - GSUAS	R\$		2.173,60	21,00	233,84
2.023 - Manutenção da gestão do programa bolsa família	R\$		20.475,71	1.180,45	7.219,90
2.030 - Fortalecimento do controle social - GBF	R\$		1.956,24	0,00	0,00
2.031 - Manutenção da gestão do sistema do SUAS	R\$		38.911,98	10,45	4.607,35
2.048 - Manutenção das atividades do FMAS	R\$		158.408,95	20.289,97	89.839,76
2.049 - Subvenções sociais	R\$		10.868,06	0,00	0,00
			1.485.900,12	145.497,59	814.902,95
% EM RELAÇÃO À RECEITA	%		6,92%		5,29%

FAUSTO EDUARDO HERRADON - PREFEITO MUNICIPAL

JOSÉ A PIMENTEL - CONTADOR CRC-PR 069086/0-3

**MUNICÍPIO DE FLORAI - PR
DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL
RELATÓRIO DE GESTÃO - (Art. 18 da Instrução Normativa nº. 36/2009-TCE)**

4º BIMESTRE 2020
(julho-agosto)

RECEITAS DO TESOUREO	Prev. Atualizada	No bimestre	Até o bimestre
RECEITAS CORRENTES	R\$ 21.297.806,64	4.231.956,51	14.283.925,60
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	R\$ 2.281.763,90	618.686,23	1.281.726,53
Contribuições	R\$ 635.781,66	120.823,38	469.343,34
Receita Patrimonial	R\$ 154.165,76	-32.184,91	14.719,04
Receita de Serviços	R\$ -	475,00	3.117,58
Transferências Correntes	R\$ 18.226.095,32	3.473.828,20	12.464.690,50
Outras receitas correntes	R\$ -	50.328,61	50.328,61
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 162.683,04	583.876,31	1.125.769,92
Alienação de bens	R\$ 162.683,04	0,00	0,00
Transferências de Capital	R\$ -	583.876,31	1.125.769,92
TOTAL GERAL	R\$ 21.460.489,68	4.815.832,82	15.409.695,52

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

DESPESAS		Dotação	Atualizada	Empenhada	Empenhada até o Bimestre
08.003 - Fundo Mun. Dos Direitos da Criança e Adolescente		R\$	344.594,49	26.499,96	96.931,91
2.069 - Manutenção do Conselho Tutelar		R\$	143.284,52	20.583,81	78.755,31
6.001 - Manutenção da Divisão da Criança e Adolescente		R\$	136.244,74	2.236,15	2.236,15
6.002 - Manutenção do Tele-Centro Comunitário de Informática		R\$	36.158,96	3.680,00	14.720,00
6.003 - Manutenção do projeto inclusão social pelo esporte		R\$	9.343,77	0,00	0,00
6.004 - Manut projeto musical - sinfonia de talentos		R\$	19.562,50	0,00	1.220,45
TOTAL GERAL		R\$	344.594,49	26.499,96	96.931,91
% EM RELAÇÃO A RECEITA		%	1,61%		0,63%

FAUSTO EDUARDO HERRADON - PREFEITO MUNICIPAL

JOSÉ A PIMENTEL - CONTADOR CRC-PR 069086/0-3

**PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA**

E-mail: contabilidade_ourizona@yahoo.com.br - CNPJ: 76.282.672/0001-07
Rua Bela Vista, 1.014 - Fone: (41) 3278-1592 - Fax: (41) 3278-1314 Cep: 87.170-900
Ourizona - Paraná

Portaria nº. 097/2020

O Sr. **MANOEL RODRIGO AMADO**, Prefeito Municipal de Ourizona, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares à servidora **Silvana Aparecida Romeiro Tavares**, RG. 7.614.723-0- PR, lotada como Zeladora, compreendido no período de 10/09/2020 a 09/10/2020 referentes ao período aquisitivo de 02/08/2019 a 02/08/2020.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA, EM 10 DE SETEMBRO DE 2020.

Doi: 000
MANOEL RODRIGO AMADO
Prefeito Municipal
Portaria nº 98/2020

O Sr. **MANOEL RODRIGO AMADO**, Prefeito Municipal de Ourizona, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares aos servidores municipais abaixo relacionados:

Nome	RG	Função
Angelina Joana Lançoni Gumiero	3.509.869-25	Chefe da Sessão da Criança e do Adolescente
Laerte Buson	3.172.313-2	Diretor da Divisão de Tributação e Fiscalização

Compreendido no período de 14/09/2020 a 13/10/2020.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA, EM 11 DE SETEMBRO DE 2020.

Doi: 000
MANOEL RODRIGO AMADO
Prefeito Municipal
Portaria nº 99/2020

O Sr. **MANOEL RODRIGO AMADO**, Prefeito Municipal de Ourizona, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E

Conceder 15 (quinze) dias de férias regulamentares aos servidores municipais abaixo relacionados:

Nome	RG	Função
Dulcelene Cordeiro da Silva	6.671.632-5	Auxiliar Administrativo
Enira Schmidt Rojo	3.527.392-1	Diretora da Divisão de Administração da secretaria de Saúde
Gustavo Henrique Trevisan	12.320.017-9	Diretor da Divisão de Esporte e Lazer
Solange Simões Maggi	4.135.932-3	Secretária Municipal de Educação
Terezinha Corrêa Maciel Barboza	1.662.375	Diretora de Assistência Social

Compreendido no período de 14/09/2020 a 28/09/2020.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA, EM 11 DE SETEMBRO DE 2020.

Doi: 000
MANOEL RODRIGO AMADO
Prefeito Municipal
Portaria nº 100/

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ**
PRAÇA SANTA CRUZ, 249 – CENTRO – FONE (044) 243-1157
CNPJ/MF: 76.282.649/0001-04
São Jorge do Ivaí – Estado do ParanáPROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28/2020**ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Declaro dispensada a licitação, com fundamento no inciso II, do artigo 24, da Lei nº 8.666/93 e alterações constantes do Decreto Federal nº 9.412/2018 e Parecer Jurídico respectivo, consoante processo em epígrafe, para contratação da empresa **LUZIA FERMINO DE ARAUJO NASCIMENTO – ME**, inscrita no CNPJ Nº 37.805.197/0001-46, sediada na Rua Florianópolis, nº 1361, Centro, na cidade de São Jorge do Ivaí, Estado do Paraná, CEP 87.190-000, objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância desarmada noturna com seus respectivos insumos, acessórios e equipamentos necessários, de forma a atender a demanda da Prefeitura Municipal de São Jorge do Ivaí – Pr e demais próprios públicos. O valor contratual estimado é de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), tudo de conformidade com os documentos que instruem o processo licitatório epigrafado.

Face ao disposto no artigo 26, da Lei Federal nº 8666/93, submeto o ato à autoridade superior para a sua ratificação e devida publicidade.

São Jorge do Ivaí-Pr., 11 de setembro de 2020.

Francisco Carlos Navarro
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**RATIFICAÇÃO**

RATIFICO o ato supracitado, de autoria de Francisco Carlos Navarro, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

São Jorge do Ivaí-Pr., 11 de setembro de 2020.

André Luis Bovo
PREFEITO MUNICIPAL**EXTRATO DE CONTRATO****CONTRATO Nº 28207/2020****REFERÊNCIA:** DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28/2020**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ.**CONTRATADO:** LUZIA FERMINO DE ARAUJO NASCIMENTO - ME; CNPJ Nº 37.805.197/0001-46**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância desarmada noturna com seus respectivos insumos, acessórios e equipamentos necessários, de forma a atender a demanda da Prefeitura Municipal de São Jorge do Ivaí – Pr. e demais próprios públicos.**VALOR TOTAL:** R\$ 6.000,00 (seis mil reais).**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

05.01.04.122.0003.2.005	SERVIÇOS DA ADMINISTRAÇÃO GERAL
3.3.30.39.00.00.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2020.**FORO:** Comarca de Mandaguá – Estado do Paraná.**DATA:** 11 de setembro de 2020.**Colorado**
PREFEITURA MUNICIPAL
CNPJ: 76.970.328/0001-03www.colorado.pr.gov.br
Avenida Brasil, 1250 - Centro - CEP: 86.690-000
(44) 3321-1200**DECRETO Nº 1.008/2020****SÚMULA:** ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE COLORADO NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Colorado, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas, tendo em vista a lei Municipal nº 2.837/2019 de 16/12/2019 e de conformidade com o artigo nº 43 da Lei nº 4.320/1964.

Artigo 1º - Autoriza o Executivo Municipal a efetuar abertura de crédito adicional suplementar no exercício financeiro de 2020 do Município de Colorado.

Artigo 2º - Fica o Executivo autorizado a abrir no Orçamento Programa do Município de Colorado para o exercício de 2020, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 64.478,22 (Sessenta e quatro mil quatrocentos e setenta e oito reais e vinte e dois centavos), destinados ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

10	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDAD		
01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
08.244.0008.2.030	DESENVOLVER AS ATIVIDADES DO BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		
3.3.90.30.00.00.00.00	3934 MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00	
3.3.90.32.00.00.00.00	3934 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIB. GRATUITA	35.000,00	
08.244.0008.2.031	DESENVOLVER AS ATIVIDADES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL		
3.3.90.30.00.00.00.00	3941 MATERIAL DE CONSUMO	4.478,22	
3.3.90.32.00.00.00.00	3941 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIB. GRATUITA	15.000,00	

Total das Suplementações **R\$ 64.478,22**

Artigo 3º - Como recursos hábeis para cobertura do presente crédito suplementar, ficam indicados os seguintes Superávits Financeiros:

Superávit Financeiro	FONTE	VALOR
- Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	934	45.000,00
- Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial	941	19.478,22
Total do Superávit Financeiro		R\$ 64.478,22

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Colorado, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte.

Marcos José Consalter de Mello
Prefeito Municipal**DECRETO Nº 1.009/2020****SÚMULA:** ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE COLORADO NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Colorado, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas, tendo em vista a lei Municipal nº 2.837/2019 de 16/12/2019 e de conformidade com o artigo nº 43 da Lei nº 4.320/1964.

Artigo 1º - Autoriza o Executivo Municipal a efetuar abertura de crédito adicional suplementar no exercício financeiro de 2020 do Município de Colorado.

Artigo 2º - Fica o Executivo autorizado a abrir no Orçamento Programa do Município de Colorado para o exercício de 2020, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 730.000,00 (Setecentos e trinta mil reais), destinados ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

09	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.302.0007.2.025	DESENVOLVER AS AÇÕES DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR		
728	3.3.90.34.00.00.00.00	1019 OUTRAS DESP. PESSOAL DECORR. CONTRATOS TERCEIRIZAÇÃO	250.000,00
662	3.3.90.39.00.00.00.00	1020 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	480.000,00

Total das Suplementações **R\$ 730.000,00**

Artigo 3º - Como recursos hábeis para cobertura do presente crédito adicional suplementar, ficam indicados os seguintes excessos de arrecadação:

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	FONTE	VALOR
- 4.1.7.1.8.04.2.1.07.00.00 – Bloco de Custeio das ASPS – MAC – Coronavírus (COVID-19)	1020	480.000,00
- 4.1.7.1.8.04.6.1.01.00.00 – Coronavírus (COVID-19) – Portaria nº 1.666/2020	1019	250.000,00
Total do Excesso de Arrecadação		R\$ 730.000,00

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Colorado, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte.

Marcos José Consalter de Mello
Prefeito Municipal**PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAI**ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 75.731.000/0001 – 60**EXTRATO DO 01 TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO**
REEQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO AUMENTO DE VALORES

ESPÉCIE: Termo aditivo Contrato nº 129/2020 – MF.

REF.: Pregão nº. 037/2020

PARTES: Município de Florai e a empresa **IRMÃOS CONTIN LTDA – ME.****OBJETO DO ADITIVO:** O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula Terceira do Contrato nº 129/2020, alteração do valor por Reequilíbrio Econômico Financeiro, redução de valores no item 03 do contrato. ITEM: 03 – ARROZ AGULHINHA TIPO I PACOTE COM 5 KG (458904)**VALOR ATUAL DO ITEM:** R\$ 11,28 (onze reais e vinte e oito centavos).**VALOR NOVO DO ITEM:** R\$ 22,74 (vinte e dois reais e setenta e quatro centavos).

As demais Cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DE ASSINATURA CONTRATO: 11/09/2020.Fausto Eduardo Herradon
Prefeito Municipal**PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAI**ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 75.731.000/0001 – 60**AVISO DE LICITAÇÃO**
PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2020
PROCESSO Nº 101/2020

O Pregoeiro do Município de Florai, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 01/2020, de 03/01/2020, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **24 de setembro de 2020 às 14h00 horas** no endereço, Rua Presidente Getúlio Vargas, 177, Florai-Pr, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de **Licitação nº 050/2020** na modalidade Pregão Presencial.

Prazo máximo para protocolar os envelopes: **24/09/2020 até as 13:30 horas.** Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supracitado.

Objeto da Licitação: **Aquisição fracionada de combustível de bomba de posto de atendimento para veículos e máquinas de diversos departamentos desta municipalidade.**

Florai, 11 de setembro de 2020.

Ronaldo José Ferreira de Souza
Pregoeiro**EXTRATO DE 1º ADITIVO DE PRAZO**ESPÉCIE: Contrato nº **130/2020 – MF.**

REF.: PREGÃO PRESENCIAL nº. 035/2019.

PARTES: Município de Florai e a empresa: **COMERCIAL OURIZONA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI**
OBJETO CONTRATUAL: AQUISIÇÃO PARCELADA DE CONSTRUÇÃO E ACABAMENTOS PARA DIVERSOS DEPARTAMENTOS DESTA MUNICIPALIDADE.**OBJETO DO ADITIVO:** **Prorrogação do contrato****VIGENCIA DO CONTRATO:** 13/09/2020 a 13/09/2021**DATA DE ASSINATURA CONTRATO:** 11/09/2020Fausto Eduardo Herradon
Prefeito Municipal**EXTRATO DE 2º ADITIVO PRAZO DE CONTRATO**ESPÉCIE: Contrato nº **128/2019 – MF.**REF.: **Pregão Presencial nº. 35/2019.****PARTES:** Município de Florai e a empresa: **DEPÓSITO FLORAI LTDA - ME.****OBJETO:** AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E ACABAMENTOS PARA DIVERSOS DEPARTAMENTOS DESTA MUNICIPALIDADE.**VIGÊNCIA DO CONTRATO:** 13/09/2020 A 13/09/2021**DATA DE ASSINATURA CONTRATO:** 11/09/2020Fausto Eduardo Herradon
Prefeito Municipal**EXTRATO DE 2º ADITIVO DE PRAZO**ESPÉCIE: Contrato nº **129/2020 – MF.**

REF.: PREGÃO PRESENCIAL nº. 035/2019.

PARTES: Município de Florai e a empresa: **PELOZZO E OPRINI LTDA – ME.****OBJETO CONTRATUAL:** AQUISIÇÃO PARCELADA DE CONSTRUÇÃO E ACABAMENTOS PARA DIVERSOS DEPARTAMENTOS DESTA MUNICIPALIDADE.**OBJETO DO ADITIVO:** **Prorrogação do contrato****VIGENCIA DO CONTRATO:** 13/09/2020 a 13/09/2021**DATA DE ASSINATURA CONTRATO:** 11/09/2020Fausto Eduardo Herradon
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 056/2020**

O SR. **FAUSTO EDUARDO HERRADON**, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FLORAI, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica revogado, a partir de 09 de setembro de 2020, o ato de licença de desincompatibilização à disputa eleitoral de 2020, devendo a funcionária retornar automaticamente as suas atividades normais de trabalho:

Funcionários	Função(Efetivo)	Ato da Licença
SOLANGE APARECIDA FELIPES MATERA	PROFESSORA	Portaria Nº 51/2020 - de 14/08/2020

Paço Municipal "Oswaldo da Silva", aos 10 dias do mês de setembro de dois mil e vinte.

Fausto Eduardo Herradon
Prefeito MunicipalROSELY AP. LEITE MOLINA
Deptº. de Pessoal**REAVISO DE LICITAÇÃO**
PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2020
Processo nº 102/2020

O Pregoeiro do Município de Florai, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 01/2020, de 03/01/2020, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **24 de setembro de 2020 às 09h00 horas** no endereço, Rua Presidente Getúlio Vargas, 177, Florai-Pr, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de **Licitação nº 048/2020**, na modalidade Pregão Presencial.

Prazo máximo para protocolar os envelopes: **24/09/2020 até as 08h30 horas.** Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supracitado.

Objeto da Licitação: **Aquisição de Pilar e Tubos de concreto para esta municipalidade.**

Florai, 11 de setembro de 2020.

Ronaldo José Ferreira de Souza
Pregoeiro**EXTRATO DE 1º ADITIVO DE PRAZO**ESPÉCIE: Contrato nº **125/2020 – MF.**

REF.: PREGÃO PRESENCIAL nº. 035/2019.

PARTES: Município de Florai e a empresa: **R.M. COMÉRCIO DE PARAFUSOS E FERRAMENTA LTDA****OBJETO CONTRATUAL:** AQUISIÇÃO PARCELADA DE CONSTRUÇÃO E ACABAMENTOS PARA DIVERSOS DEPARTAMENTOS DESTA MUNICIPALIDADE.**OBJETO DO ADITIVO:** **Prorrogação do contrato****VIGENCIA DO CONTRATO:** 13/09/2020 a 13/09/2021**DATA DE ASSINATURA CONTRATO:** 11/09/2020Fausto Eduardo Herradon
Prefeito Municipal**PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ**
ESTADO DO PARANÁ**C.N.P.J. (M.F.) 76.970.318/0001-67****Av. Antonio Veiga Martins, 80 – Centro – Telefax (44) 3440-1221 – CEP 87.670-000****DECRETO Nº 99 DE 11 DE SETEMBRO DE 2020****SUMULA:** *Dispõe acerca da flexibilização de restrições relativas ao COVID-19 no município de Inajá e dá outras providências.***CLEBER GERAL DA SILVA**, Prefeito do Município de Inajá, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, em especial o contido na Lei Orgânica Municipal, e**CONSIDERANDO** as discussões ocorridas no Comitê Municipal do Coronavírus;**CONSIDERANDO** a atual situação pandêmica no município;**DECRETA:**

Art. 1º - Fica autorizado o funcionamento das igrejas com realização de culto presencial, respeitado todas as medidas de distanciamento e segurança à saúde, com capacidade diminuída, conforme já estabelecido em decretos anteriores.

Parágrafo Único. Fica permitida a presidência dos cultos por pastores vindos de outros municípios

Art. 2º - Fica permitido o acesso de pessoas ao local denominado “CAMPÃO”, para a prática de atividades físicas, ficando vedada, no entanto, a prática de atividades de competição.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e vigorará enquanto perdurar o estado de emergência nacional pelo COVID-19, bem como, poderá ser reavaliado a qualquer tempo de acordo com a evolução da pandemia.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INAJÁ, ESTADO DO PARANÁ, GABINETE DO PREFEITO, em 11 de setembro de 2020.CLEBER GERAL DA SILVA
Prefeito Municipal**Colorado**
PREFEITURA MUNICIPAL
CNPJ: 76.970.328/0001-03www.colorado.pr.gov.br
Avenida Brasil, 1250 - Centro - CEP: 86.690-000
(44) 3321-1200**DECRETO MUNICIPAL Nº 1.007 DE 11 DE SETEMBRO DE 2020.**

Autoriza a realização de Processo Seletivo Simplificado para a contratação temporária de Médico Clínico Geral, Enfermeiro e Técnico de Enfermagem para a Secretaria Municipal de Saúde.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO Sr. MARCOS JOSÉ CONSALTER DE MELLO**, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 56, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e o Art. 2º, inciso II, da Lei Ordinária nº 2.108/2005 e suas alterações constantes da Lei Municipal nº 2.595/2013.

Considerando o Ofício nº 187/2020, da Secretaria Municipal de Saúde, solicitando a contratação de profissionais da área de saúde para a manutenção da habilitação de Centro de Enfrentamento à (COVID-19) no Município de Colorado;

Considerando, que o Município de Colorado se encontra em situação de surto endêmico de dengue e demais doenças relacionadas ao mosquito transmissor, tendo sido declarada a situação de emergência no Município, nos termos do Decreto Municipal nº 823/2020;

Considerando que devido à seriedade e gravidade da situação, alertas estão sendo transmitidos pelos órgãos federais e estaduais de Saúde Pública para que sejam adotadas as medidas preventivas com vistas a se evitar a proliferação da epidemia em todo o território estadual;

Considerando o Decreto Federal nº 7.616, de 17 de novembro de 2011 que “Dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde – FN-SUS”;

Considerando que a avaliação do cenário epidemiológico em todo o Estado do Paraná em relação à infecção pelo vírus COVID-19, em expansão por todo o Estado e pelo Estado, e ainda como a consequência desse desastre resulta em danos humanos, prejuízos econômicos públicos e privados;

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional Organização Mundial de Saúde (OMS) em 30 de janeiro de 2020;

Considerando as medidas de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional, ou seja, as situações dispostas no Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020;

Considerando a Portaria nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo “Novo Coronavírus (SARS-Cov-2)”, especialmente a obrigação de articulação dos gestores do SUS como competência do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV);

Considerando o estado de exceção em decorrência da emergência de Saúde Pública decorrente do “Novo Coronavírus (SARS-Cov-2)”;

Considerando que além da epidemia de dengue o Município de Colorado declarou situação de emergência em todo o seu território, para fins de prevenção e enfrentamento à (COVID-19), nos termos do Decreto Municipal nº 908/2020;

Considerando que é obrigação do Poder Público promover e combater situações de risco na área da saúde e o bem-estar da população;

Considerando o teor da decisão do Processo 19092/17 junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que estabelece critérios a serem observados em caso de admissão de pessoal de forma temporária;

Considerando e observando as condições e prazos estabelecidos na Lei Municipal nº 2108/2005, visando atender à necessidade temporária de excepcional interesse público;

Considerando o Decreto Municipal nº 908/2020, que declara estado de calamidade pública no Município de Colorado, em virtude dos problemas de saúde pública e econômicos gerados pelo enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus SARS-CoV-2, tendo sido reconhecido pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo nº 11/2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada nos termos dos artigos 1º e 2º, incisos I e II, da Lei Municipal nº 2.108, de 1º de abril de 2005 e suas alterações, a contratação por meio de Processo Seletivo Simplificado (PSS) de profissionais para os cargos de: **Médico - Clínico Geral, Enfermeiro e Técnico de Enfermagem** para execução de serviço público temporário de relevante interesse público.

Parágrafo único. Os profissionais contratados nos termos deste Decreto, em conformidade com o artigo 2º, inciso II e IV da Lei Municipal nº 2.595/2013, estarão sujeitos ao Regime Geral de Previdência, sendo-lhes aplicável o Estatuto dos Servidores Municipais, bem como as suas alterações posteriores, no que lhes for compatível.

Art. 2º A vigência do Processo Seletivo Simplificado será de até 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data da publicação do Edital de Homologação do Resultado Final, podendo ser prorrogado por igual período, conforme legislação vigente e suas alterações posteriores.

Art. 3º As despesas correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Colorado, 11 de setembro de 2020.

Marcos José Consalter de Mello
Prefeito**PORTARIA Nº 733 DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.**

Nomeia Comissão Especial para organizar e conduzir os trabalhos do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020 e da outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO Sr. MARCOS JOSÉ CONSALTER DE MELLO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, II, “d” da Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear Comissão Especial para realizar a seleção e contratação temporária por meio de Processo Seletivo



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2020

O Município de Colorado, Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público Simplificado, instituída pela Portaria nº 733/2020 nos termos da Lei Municipal nº 2.108/2005 e alterações constante da Lei nº 2.595/2013 considerando:

I - atender à necessidade temporária de **Médico - Clínico Geral Enfermeiro e Técnico em Enfermagem** todos por 40 (quarenta) horas semanais principalmente em virtude da pandemia de ordem internacional ocasionada pelo coronavírus (COVID-19) no Município, onde estes irão atuar no objetivo e manutenção da habilitação de um Centro de Atendimento para Enfrentamento à (COVID-19), prestando serviço de urgência e emergência e atenção básica, e ainda podendo substituir nos casos de licença para tratamento de saúde, por prazo superior à 30 (trinta) dias, licença especial, licença maternidade, licença sem remuneração, demissão, exoneração ou falecimento, quando o quadro de efetivos for insuficiente e for inviável o remanejamento de pessoal para funções vagas, perdurando a contratação temporária pelo período de até 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período observando-se o prazo previsto na Lei nº 2.108/2005 e alterações constantes da Lei nº 2.595/2013.

II - o estado de calamidade pública ocasionado pelo surto endêmico de dengue e demais doenças relacionadas ao mosquito transmissor tendo em vista a seriedade e gravidade da situação, eis que alertas estão sendo transmitidos pelos órgãos federais e estaduais de Saúde Pública para que sejam adotadas as medidas preventivas com vistas a se evitar a proliferação da epidemia em todo o território estadual;

III - o notório interesse público na manutenção de seus serviços essenciais, **TORNA PÚBLICO:**

O presente Edital destina-se ao preenchimento de **01 (uma) vaga para Médico-Clinico Geral Temporário, 01 (uma) vaga para Enfermeiro e 01 (uma) vaga para Técnico em Enfermagem** todos por 40 (quarenta) horas semanais, desempenhando função temporária ao Município, visando atender a necessidade de excepcional interesse público e estabeleça instruções especiais de acordo com o artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, destinadas à realização de Processo Seletivo Público Simplificado para atender a demanda de profissionais da Secretaria de Saúde tendo em vista a **necessária e crucial manutenção da habilitação de um Centro de Atendimento para Enfrentamento à (COVID-19), o surto endêmico de dengue e demais doenças relacionadas ao mosquito transmissor e seus programas de gestão;**

1-DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1-O Processo Seletivo Público Simplificado, de que trata este Edital é destinado a selecionar profissionais aptos a serem convocados para atuar nos Estabelecimentos da Secretaria Municipal de Saúde;

1.2-O presente Processo Seletivo Simplificado constituirá em Análise de Títulos e Tempo de Serviço comprovado;

1.3-O Processo Seletivo Simplificado também destinar-se-á a formação de Cadastro de Reserva (CR) para atender a necessidade do serviço público, por tempo determinado, na substituição dos servidores efetivos do Município de Colorado - PR, quando de seus afastamentos legais conforme previsto no Estatuto Municipal do Servidor e em atendimento a programas de saúde e casos de calamidade pública conforme a disposições da Lei nº 2.108/2005 e suas alterações constantes da Lei nº 2.595/2013.

1.4-Este processo seletivo destina-se a contratação de **Médico Clínico Geral, Enfermeiro e Técnico em Enfermagem** - todos por 40 (quarenta) horas semanais, para atuarem nos estabelecimentos da Secretaria Municipal de Saúde. Os demais aprovados formarão cadastro de reserva (CR) para eventuais vagas que venham a surgir no âmbito da Secretária Municipal de Saúde durante o prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar do resultado final do teste seletivo.

1.5-O processo será executado pelo seguinte cronograma:

DATA	ATIVIDADE
13/09/2020	Publicação de Edital
21/09/2020 22/09/2020	à Período de Inscrições
23/09/2020	Publicação das Inscrições, Classificação e Resultado Preliminar.
24/09/2020 25/09/2020	e Período de recurso contra o Resultado Preliminar
27/09/2020	Classificação Final- homologação da classificação

2-DO REGIME JURÍDICO

2.1-A contratação ocorrerá Regime Especial, com fundamento no art. 37, IX, da Constituição Federal, na Lei Municipal nº 2.108/2005, e suas alterações constantes na Lei nº 2.595/2013.

2.2-O prazo de validade do contrato será por tempo determinado, com prazo de 180 (cento e oitenta) dias podendo ser prorrogado por igual período.

A contratação dos profissionais será para jornada de 40 (quarenta) horas semanais, com remuneração equivalente aos níveis respectivos mencionados da Tabela de Vencimentos do Anexo XXX do Plano de Cargos e Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Colorado vigente à época da contratação.

3-DAS INSCRIÇÕES

3.1-As inscrições poderão ser realizadas entre os dias **21/09/2020 à 22/09/2020**, na Secretaria Municipal de Saúde a Rua São Paulo nº 200, Centro, das **08h00min às 11h30min**.

3.2-Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento no disposto neste Edital e certifica-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

3.3-A inscrição implicará no conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital pelo candidato, em relação às quais não poderá alegar qualquer desconhecimento.

3.4-Não será cobrada taxa de inscrição.

4-DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS:

4.1-São requisitos para inscrições:

a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou estar em processo de naturalização;

b) Ter idade acima de 18 (dezoito) anos;

c) Ter cumprido as obrigações e encargos militares;

d) Estar regular com as obrigações eleitorais;

4.2-Escolaridade: é requisito básico para inscrição a apresentação de certificado que comprove escolaridade relativa ao cargo estabelecido, e ainda **os cargos; os salários-base; as cargas horárias; o total de vagas; os requisitos de formação e as vagas destinadas aos portadores de deficiência** são estabelecidos a seguir:

Cargos	Vagas	C.H.	Salário base	Requisitos para provimento.
Médico Clínico Geral	CR*	40 horas semanais	R\$ 13.403,44	Graduação (curso superior) em Medicina e registro no Conselho Regional de Medicina - CRM.
Enfermeiro	CR	40 horas semanais	R\$ 2.924,37	Graduação (curso superior) em Enfermagem e registro no Conselho Regional de Enfermagem - COREM.
Técnico de Enfermagem	CR	40 horas semanais	R\$ 1.523,29	Curso de Técnico de Enfermagem, devidamente reconhecido pelo MEC e Registro no Conselho R. de Enfermagem - COREM.

4.3 - Sobre o valor total da remuneração, incidirão os descontos fiscais e previdenciários;

4.4 - ATRIBUIÇÕES:

Constantes do (Anexo I).

5-PROCEDIMENTO PARA INSCRIÇÃO

5.1-Juntamente com a ficha de inscrição **(Anexo II)** devidamente preenchida, o candidato deverá entregar os seguintes documentos em anexos:

a) cédula de identidade;

b) cadastro de pessoa física (CPF);

c) títulos que o candidato possuir (Pós-Graduação, Mestrado ou Doutorado; Habilitações e Capacitações na área da **função** e documentos que comprovem o Tempo de Serviço).

5.2-A inscrição será formalizada mediante a entrega dos documentos necessários.

5.3-A inscrição do candidato implicará integralmente na aceitação das condições estabelecidas neste Edital e nas instruções específicas, das quais não poderá alegar desconhecimento.

5.4-A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova ou nomeação do candidato, desde que verificada falsidade de declarações de documentos contidos no ato da inscrição.

5.5-Será permitida a inscrição por procuração, com firma reconhecida, através de instrumento público que deverá ser apresentado em via original e única, para cada candidato (neste caso, a procuração ficará retida e anexa à ficha de inscrição).

5.6-O candidato e o respectivo procurador respondem, civil e criminalmente, pelas informações prestadas na ficha de inscrição.

5.7-Ao candidato fica atribuída a total responsabilidade pelas informações prestadas e fornecidas no preenchimento da ficha de inscrição.

5.8 - DOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA:

À pessoa portadora de deficiência é assegurado o direito de se inscrever no Processo Seletivo Simplificado para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência deque é portador, para a qual será reservada 5%(cinco) por cento das vagas que forem preenchidas.

6-DO PROCESSO SELETIVO

6.1-O Processo Seletivo será dividido em duas etapas:

a) 1ª. Etapa – homologação das inscrições (eliminatório);

b) 2ª. Etapa – Prova de Títulos (classificatório).

6.2 -DOS CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO/ Cargos de Médico e Enfermeiro;

Formação Acadêmica /	Titulação Pontuação	Pontuação Máxima
Pós-graduação "stricto sensu" (Doutorado) na área para a qual se inscreveu.	20 pontos	20 pontos
Pós-graduação "stricto sensu" (Mestrado) na área para a qual se inscreveu	20 pontos	20 pontos
Pós-graduação "lato sensu" (Especialização) na área para a qual se	15 pontos por título	30 pontos
inscreveu, com no mínimo de 360 horas		
Cursos na área para a qual se inscreveu, com no mínimo 16 horas de duração por curso.	5 pontos por curso	30 pontos
II - Tempo de Serviço na respectiva área de inscrição como Médico/ Enfermeiro	10 pontos para cada ano	50 pontos
PONTUAÇÃO MÁXIMA	-----	150 PONTOS

6.3 - DOS CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO/ Cargo Técnico de Enfermagem

Formação Acadêmica /	Titulação Pontuação	Pontuação Máxima
Cursos na área para a qual se inscreveu, com no mínimo 16 horas de duração por curso.	5 pontos por curso	50 pontos
II - Tempo de Serviço na respectiva área de inscrição como Técnico em Enfermagem	10 pontos para cada ano	50 pontos
PONTUAÇÃO MÁXIMA	-----	100 PONTOS

6.4 - Cada Título só poderá ser apresentado uma única vez.

6.5- Não serão atribuídos pontos aos títulos excedentes em cada classificação.

6.6-Para fins de pontuação e comprovação do tempo de serviço serão considerados os seguintes documentos:

a) Registro de Contrato de Trabalho na Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS;

b) Contrato de prestação de serviços ou recibo de pagamento de autônomo (RPA) acrescido de declaração do contratante, devidamente assinada com a qualificação do emitente, que informe o período (com início e fim, se for o caso) e a espécie do serviço realizado, no caso de serviço prestado como autônomo;

c) Declaração do empregador (com carimbo CNPJ e assinatura legível do emitente com carimbo de identificação do nome) com a informação das atividades desenvolvidas e o respectivo período.

d) Contrato de trabalho (com início e fim);

e) Portaria de Nomeação e Exoneração (caso servidor público).

7-PROVA E TÍTULOS

7.1-Os títulos marcados como requisito obrigatório para cada cargo, entregues no ato da inscrição serão avaliados pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo e terão caráter eliminatório.

8 - DA CLASSIFICAÇÃO:

8.1 - O candidato será classificado de acordo com sua titulação.

8.2 -Os critérios de desempate obedecerão a seguinte ordem:

a) idade;

b) O número de filhos;

c) O tempo de serviço como médico na área da Clínica Geral, devidamente comprovado através de comprovação autenticada, servirá para critério de desempate.

9 - PUBLICAÇÕES DOS RESULTADOS

9.1-A classificação final será publicada no dia **27/09/2020** no Edital da Secretaria Municipal de Saúde, no Edital do Município de Colorado e nos Sites: www.colorado.pr.gov.br;

<http://colorado.pr.gov.br/portal/cpublicos.php>;

www.oregionaljornal.com.br e

Jornal impresso de circulação regional "O Regional".

10- CHAMADA:

10.1 - Os candidatos classificados serão convocados à medida das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Colorado.

10.2 - A contratação obedecerá ao resultado final devidamente homologado.

10.3 - O candidato convocado para contratação temporária que não comparecer no prazo vigente do instrumento da convocação e não apresentar documentos comprobatórios necessários para contratação será excluído do cadastro.

10.4 - Os candidatos habilitados serão, a critério de Administração Pública Municipal, contratados temporariamente, conforme ditames da Legislação vigente, notadamente quanto à jornada e carga horária de trabalho.

10.5 - O candidato classificado e convocado pela Administração Municipal deverá apresentar ATESTADO DE SAÚDE, **(Anexo III)** expedido por médico, registrado no CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO PARANÁ, considerando-o apto para o exercício da função, objeto da contratação.

10.6 - Este Processo Seletivo não gera obrigatoriedade para o Município de Colorado em aproveitar todos os classificados. A classificação gera para o candidato apenas o direito à prioridade na contratação temporária.

11 - DA ATRIBUIÇÃO:

11.1- Desenvolvimento das atividades inerentes a Medicina, a Enfermagem e a Técnica em Enfermagem.

12 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1 -É de competência da Secretaria Municipal Saúde de Colorado a atribuição de substituição temporária para determinadas funções de **Médico - Clínico Geral, Enfermeiro e Técnico em Enfermagem**.

12.2 - Após a efetivação da inscrição não será anexado nenhum documento no prontuário do candidato.

12.3 - Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação no Processo Seletivo, valendo para esse fim a classificação publicada.

12.4 - Os candidatos poderão interpor recursos no prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data da divulgação das classificações no setor de Protocolo da Secretaria Municipal Administração - (Paço Municipal) sendo uma via do candidato e uma via da Comissão Organizadora do Processo Seletivo.

12.5 - Não se reconhecerá o pedido de revisão desprovido de fundamentação.

12.6 - Somente será apreciado o recurso interposto no prazo previsto, e este deverá constar a indicação do nome do processo seletivo, o nome do candidato, o número de inscrição, o cargo a que está concorrendo, a fundamentação do recurso bem como deverá estar devidamente assinado.

12.7 - O recurso interposto fora do respectivo prazo não será aceito, sendo contato para tanto a data da postagem da correspondência.

12.8 - O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço junto a Secretaria Municipal de Saúde durante o período de validade do Processo Seletivo.

12.9 - A inexistência das afirmativas contidas em documentos apresentados, ainda que verificadas posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo, anulando-se os atos decorrentes da inscrição.

12.10 -Ao Município de Colorado é facultada a eliminação parcial ou total do Processo Seletivo, antes de sua homologação, se constatada irregularidade substancial insanável.

12.11 -O prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado será de até 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período.

12.12 - Os contratos decorrentes do Processo de Seleção Pública Simplificado poderão ser prorrogados antes de seu vencimento, pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, um ano, desde que haja a devida justificativa da Secretaria Municipal de Saúde.

12.13 - Os casos omissos serão resolvidos por uma Comissão Especial da Secretaria Municipal de Saúde designada para esse fim.

Colorado, 11 de setembro de 2020.

José Hélio Guimarães
Secretário Municipal de Saúde

Talita Campos Marell
Presidente da Comissão

ANEXO I

ATRIBUIÇÕES DO CARGO - EDITAL Nº 001/2020

CARGO: MÉDICO

SÍMBOLO: MED

ESCOLARIDADE: Curso de graduação em Medicina, fornecido por instituição de ensino oficial e reconhecido pelo Ministério de Educação.

HABILITAÇÃO LEGAL ESPECÍFICA: registro no órgão de classe fiscalizador do exercício profissional.

FUNÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

Atribuições definidas através dos atos legislativos que regulamentam a profissão de Médico Clínico Geral; Efetuar exames diversos, indicando a providência a ser tomada para restabelecer a saúde do paciente; Efetuar procedimentos de urgência e emergência, incluindo cirúrgicos, quando necessários e observada a necessária habilitação; Observar e cumprir as normas de higiene e segurança do trabalho; Promover e participar de programa de treinamentos, palestras, seminários e encontros voltados aos interesses da saúde pública; Estabelecer o plano de trabalho junto à equipe coordenadora segundo os dados epidemiológicos da comunidade a ser atendida; Participar efetivamente do levantamento de dados cadastrais; Participar efetivamente dos levantamentos estatísticos e informatização dos registros; Atender aos pacientes encaminhados ao posto de saúde, por ele e/ou pela equipe, programar e realizar visitas domiciliares de acordo com a solicitação do Departamento de Saúde ou do setor de Enfermagem; Mediar, prescrever de acordo com as necessidades, realizar curativos, drenagens e suturas; Acompanhar, junto à enfermagem, os casos de desnutrição moderada/grave; Acompanhar os casos de doenças infectocontagiosas ou famílias com risco de contágio; Detectar endemias ou epidemias na comunidade e tomar medidas profiláticas junto à equipe; Preencher as fichas das doenças de notificação compulsória e encaminhá-las à 15ª Regional de Saúde; Formar grupos de interesse comum para palestra e/ou atendimento (hipertensos, adolescentes, gestantes e outros); Tomar conhecimento, através do boletim epidemiológico da 15ª Regional, dos Informes de doenças que estão ocorrendo no estado e passar os dados aos demais membros da equipe, para observação e reconhecimento de características clínicas e epidemiológicas; Participar de reuniões periódicas da equipe coordenadora, para passar informações e traçar novas metas; Participar de reuniões com a comunidade passando informações a respeito do perfil epidemiológico do município e da localidade trabalhada, esclarecer dúvidas e apresentar sugestões de solução. Participar ativamente do treinamento e das atividades de Educação Continuada do PSF. Manter-se atualizado no que se refere ao conhecimento e desenvolvimento científico na medicina, especialmente na Saúde Pública. Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

CARGO: ENFERMEIRO

SÍMBOLO: ENF

ESCOLARIDADE: Curso de graduação em Enfermagem, fornecido por instituição de ensino oficial e reconhecida pelo Ministério de Educação.

HABILITAÇÃO LEGAL ESPECÍFICA: registro no órgão de classe fiscalizador do exercício profissional.

FUNÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

Executar atividades relativas ao planejamento e estruturação de atividades relacionadas com as demandas dos usuários dos serviços públicos municipais, que dizem respeito aos objetivos da unidade organizacional e/ou à área a qual encontra-se habilitado; prestar serviços em unidades sanitárias, ambulatórios e seções de enfermagem; fazer curativos; aplicar injeções; ministrar remédios; responder pela observância das prescrições médicas relativas a pacientes; supervisionar a esterilização do material; prestar socorros de urgência; orientar o isolamento dos pacientes; supervisionar os serviços de higienização dos pacientes; providenciar o abastecimento de material de enfermagem; supervisionar os trabalhos executados pelo pessoal que lhe for subordinado; elaborar programas de trabalhos referentes à enfermagem; participar de programas de educação sanitária; participar dos serviços de saúde pública nos diversos setores; apresentar relatórios e alimentar sistemas de informações referentes as atividades sob sua supervisão. Participar do Programa de Saúde da Família, quando convocado, caso em que deverá atender, em visita domiciliar pacientes com patologias cujo diagnóstico e/ou controle sejam delegados à enfermagem; promover debates com a comunidade quando solicitado ou quando se mostrar necessário; organizar periodicamente reunião com Agentes Comunitários de Saúde; encaminhar pacientes para o Centro de Saúde ou Hospital, se necessário; Participar efetivamente do treinamento das equipes do PSF; executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função ou previstas nas normas do SUS.

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

SÍMBOLO: TE

ESCOLARIDADE: Ensino Médio Completo e Pós Médio na área de atuação, fornecido por instituição de ensino oficial e reconhecido pelo Ministério de Educação.

HABILITAÇÃO LEGAL ESPECÍFICA: registro no órgão de classe fiscalizador do exercício profissional.

FUNÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS:

Exercer atividades de nível médio, sob supervisão de Enfermeiro, envolvendo orientação e acompanhamento do trabalho de enfermagem em grau auxiliar, e participação no planejamento da assistência de enfermagem, cabendo-lhe especialmente: participar da programação da assistência de enfermagem; executar ações assistenciais de enfermagem, exceto as privativas do Enfermeiro; participar da orientação e supervisão do trabalho de enfermagem em grau auxiliar; participar da equipe de saúde; na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral em programas de vigilância epidemiológica; na prevenção e controle sistemático da infecção hospitalar; na prevenção e controle sistemático de danos físicos que possam ser causados a pacientes durante a assistência de saúde; executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função ou previstas nas normas do SUS.

ANEXO II

MODELO DE FICHA DE INSCRIÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2020

FICHA DE INSCRIÇÃO – EDITAL 001/2020
PSS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - FICHA Nº

Dados Pessoais		
Nome:		
Data de Nascimento:		
Sexo: Masculino () Feminino ()		
Tel. Residencial:		
Tel. Celular:		
RG:	CPF:	
E-mail:		

Endereço para Contato		
Endereço:		
Cidade:	Estado:	CEP:

DOCUMENTOS APRESENTADOS	
☐ Carteira de identidade (frente e verso); ☐ CPF; ☐ Comprovante de residência; ☐ Comprovante quitação eleitoral; ☐ Carteira de Reservista (Masculino) ☐ Diplomas e Títulos (graduações, etc...) ☐ Comprovante de Capacitações ☐ Comprovante de tempo de serviço Quantidade de folhas recebidas: _____	

Obs:

- ANEXAR CÓPIA AUTENTICADA POR SERVIDOR MUNICIPAL OU EM CARTÓRIO.

ANEXO III

MODELO DE ATESTADO MÉDICO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2020

ATESTADO

Atesto que o (a) Sr.(a) _____

sexo feminino (), sexo masculino (), portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____, encontra-se, no momento do presente

Exame Médico em perfeitas condições de saúde para exercer as funções públicas citado no Edital n.º 001/2020 do Processo Seletivo Simplificado para a função de _____, junto à Secretaria Municipal de Saúde de Colorado.

_____, de _____ de 2020.

Datado de no máximo 30 (trinta) dias anteriores a data de contratação.



Prefeitura do Município de Mandaguçu

ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 - Caixa Postal 81 CEP 87.160-000
PARANÁ (41) 3245-8400 CNPJ 76.285.329/0001-08
www.mandaguçu.pr.gov.br e-mail: adm@mandaguçu.pr.gov.br

PORTARIA Nº 6332/2020

O Senhor MAURÍCIO APARECIDO DA SILVA, Prefeito Municipal de Mandaguçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

CONCEDER a Senhora DÉBORA SILVERIO DO AMARAL, servidora municipal, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, LICENÇA MATERNIDADE, pelo prazo de 180 dias, a partir de 21 de agosto de 2020, de conformidade com o artigo 44 da Lei Municipal nº 1420/2004 (RPPS - Regime Próprio de Previdência Social das Servidoras Públicas do Município de Mandaguçu).

Mandaguçu, 09 de setembro de 2020.



Prefeitura do Município de Mandaguçu

ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 - Caixa Postal 81 CEP 87.160-000
PARANÁ (41) 3245-8400 CNPJ 76.285.329/0001-08
www.mandaguçu.pr.gov.br e-mail: adm@mandaguçu.pr.gov.br

PORTARIA Nº 6333/2020

Cria o Comitê Gestor da Lei Aldir Blanc e nomeia os membros titulares dos Órgãos Governamentais e Não Governamentais, para o estudo e planejamento dos repasses do Auxílio Emergencial, previsto na Lei Federal nº 14.017/2020 - Lei Aldir Blanc, no âmbito do Município de Mandaguçu - PR.

O Senhor MAURÍCIO APARECIDO DA SILVA, Prefeito Municipal de Mandaguçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo para comporem o Comitê Gestor da Lei Aldir Blanc:

GOVERNAMENTAIS:	NOME	CPF
	Aparecida Cristina Padovani	848.746.009-72
	Cleomar Sagan de Carvalho	632.744.009-63
	Eliane Kellian Marson Rocha	036.003.329-72

NÃO GOVERNAMENTAIS:	NOME	CPF
	Allen Mayara Carrara	073.337.939-24
	Ezila Maria Marson Rocha	361.641.609-44
	Giulde Alves Pinto Rocha	079.363.939-01

Art. 2º O Comitê Gestor, ora criado e nomeado, deverá realizar reuniões presenciais ou virtuais necessárias para elaborar, discutir e criar as condições e critérios necessários para a realização da distribuição dos recursos emergenciais previstos na Lei Federal nº 14.017/2020 e de acordo com as demais leis e regulamentações vigentes, sendo obrigatório o registro em ata todas as decisões tomadas pelo Comitê Gestor, mesmo que postumamente, quando se tratar de recuo vital, devendo ser a ata assinada por todos os membros do Comitê Gestor em, no máximo 02 (dois) dias após a reunião.

Art. 3º O local e horário das reuniões do Comitê Gestor serão previamente determinados e amplamente divulgados pelo Departamento de Educação e Cultura

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguçu, 10 de setembro de 2020.



Prefeitura do Município de Mandaguçu

ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 - Caixa Postal nº 81
PARANÁ (41) 3245-8400 - CNPJ 76.285.329/0001-08
E-mail: adm@mandaguçu.pr.gov.br

PORTARIA Nº 6334/2020

O Senhor Maurício Aparecido da Silva, Prefeito Municipal de Mandaguçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

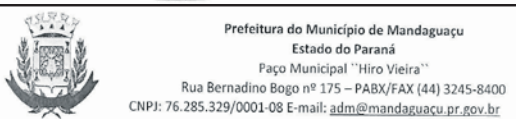
RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, para comporem a COMISSÃO MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, com a finalidade de avaliação e acompanhamento dos bens patrimoniais do Município, os seguintes membros:

Maurício Roberto Coelem (Departamento Administrativo)
Leandro Godini de Almeida dos Santos (Departamento de Finanças e Orçamentos)
Elton Aparecido Mendes da Silva (Departamento de Meio Ambiente)
Luciana Ferrari (Departamento de Agricultura)
Sabrina Chichete Souza (Departamento Assistência Social)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguçu, 10 de setembro de 2020.



Prefeitura do Município de Mandaguçu

Estado do Paraná
Paço Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo nº 175 - PABX/FAX (44) 3245-8400
CNPJ: 76.285.329/0001-08 E-mail: adm@mandaguçu.pr.gov.br

DECRETO Nº 7384/2020

Súmula: Homologa a Resolução do Conselho Municipal do FUNDEB de Mandaguçu/PR e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mandaguçu, Estado do Paraná, o Sr. Maurício Aparecido da Silva, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 49, Inciso II e IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Pelo presente decreto fica homologada a resolução nº 03/2020 aprovada pelo Conselho Municipal do FUNDEB de Mandaguçu/Pr, que pactua os critérios para celebração das parcerias na modalidade Termo de Fomento, entre o Órgão Gestor do Departamento de Educação e Cultura e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE do Município de Mandaguçu.

Art. 2º Aprova o plano de trabalho e manifestação de interesse social, da seguinte entidade:

- APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - com o valor anual de R\$ 256.274,28.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 7287/2020.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguçu, 04 de setembro de 2020.



Prefeitura do Município de Mandaguçu

ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 - PABX/FAX (44) 3245-8400
CNPJ: 76.285.329/0001-08

DECRETO Nº 7386, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

Designa servidor efetivo para responder pelas funções de Coordenador do Serviço de Inspeção Municipal de Mandaguçu.

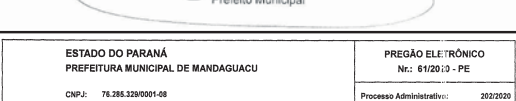
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANDAGUÇU, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no § 1º do art. 2º da Lei Municipal nº 1.943/2016,

DECRETA:

Art. 1ª Fica designada para responder pelas funções de Coordenadora do Serviço de Inspeção Municipal de Mandaguçu a servidora efetiva LUCIANA FERRARI REBELATO, matrícula 201761.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Hiro Vieira", 09 de setembro de 2020.



Prefeitura Municipal de Mandaguçu

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUÇU
CNPJ: 76.285.329/0001-08
Rua Bernardino Bogo, 175 - PABX/FAX (44) 3245-8400
C.E.P.: 87160-000 - Mandaguçu - PR

PREGÃO ELETRÔNICO
Nº: 610201-PE

Processo Administrativo: 2020/200

Processo de Licitação: 014/2020

Data do Processo: 20/08/2020

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nº: 17/2020

Motivo: Não houve interessados em participar do certame!

Mandaguçu, 11 de Setembro de 2020



Prefeitura do Município de Mandaguçu

ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 - Caixa Postal nº 81
PARANÁ (41) 3245-8400 - CNPJ 76.285.329/0001-08
E-mail: adm@mandaguçu.pr.gov.br

DECRETO Nº 7387/2020

Regulamento do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Mandaguçu/PR e das outras providências.

O Prefeito Municipal de Mandaguçu, Estado do Paraná, MAURICIO APARECIDO DA SILVA, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a necessidade de regulamentar a Lei Municipal Nº 1.603, de 17 de março de 2008;

Considerando que a referida regulamentação dará o imprescindível suporte operacional às ações que serão desenvolvidas com os recursos alocados no Fundo Municipal dos Direitos do Idoso, tendo em vista o benefício fiscal concedido pela União, permitindo a pessoa físicas e jurídicas declarantes do imposto de Renda o direcionamento de parte do imposto para este Fundo.

Considerando que esta regulamentação também proporcionará ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Mandaguçu/PR, por meio do Fundo Público, um aporte de recursos oriundos dos orçamentos do Município, do Estado e da União; do recebimento de outras contribuições, tais como legados, doações de bens móveis e imóveis e aportes de entidades públicas de âmbito nacional ou internacional, mediante termo de cooperação; e das multas previstas em Lei, bem como os rendimentos resultantes de depósitos e aplicações de capitais de recursos creditados nas contas do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso e,

Considerando que o Fundo Municipal dos Direitos do Idoso proporciona ao município possibilidades de captar recursos financeiros externo que agregados ao Orçamento Municipal e conforme as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso incrementar o financiamento de políticas sociais de garantia e defesa de direitos de pessoas idosas na base territorial do Município de Mandaguçu/PR.

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.1º O Fundo Municipal dos Direitos do Idoso, criado pela Lei Municipal Nº 1.603, de 17 de março de 2008, tem seu funcionamento regulamentado seguindo as disposições estabelecidas neste Decreto.

Art.2º O Fundo Municipal dos Direitos do Idoso tem por objetivo facilitar a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento à pessoa idosa no Município de Mandaguçu/PR.

§ 1º As ações de que trata o "caput" deste artigo têm por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade, bem como o disposto no Estatuto do Idoso.

§ 2º Eventualmente, os recursos do Fundo poderão ser destinados à pesquisa e aos estudos da situação da pessoa idosa no Município, bem como à capacitação da rede de atendimento ao idoso, no âmbito da proteção social.

§ 3º Os recursos do Fundo serão administrados segundo o plano de aplicação elaborado pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - CMDI.

Art.3º. Ao CMDI cabe indicar as prioridades da destinação dos recursos constantes no Fundo, mediante a elaboração ou aprovação de planos, programas, projetos ou ações voltadas aos idosos do município de Mandaguçu.

CAPÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE

Art. 4º. O Fundo terá como gestor o Diretor do Departamento de Ação Social do Município, a quem cabe sua gerência, sob controle e orientação do CMDI, e ele cabendo:

- solicitar o plano de aplicação dos recursos ao CMDI;
- submeter ao CMDI, a aprovação das contas anuais do Fundo, bem como outros dados que o conselho julgar relevante para o regular acompanhamento das contas no decorrer do exercício;
- submeter ao conselho a liberação prévia das despesas;
- em conjunto com o Diretor Municipal de Ação Social, assinar cheques, notas de empenhos, ordens de pagamento, pagamentos, referentes às despesas, bem como contratos, licitações, homologações e outros do Fundo;
- tomar conhecimento e cumprir as obrigações definidas em parcerias/convenções, ajustes, acordos e contratos firmados pelo Município e que digam respeito ao CMDI;
- manter controle dos contratos e parcerias/convenções firmados com instituições governamentais e não governamentais financiados com recursos do Fundo;
- Outras atividades indispensáveis para o gerenciamento do Fundo.

CAPÍTULO III

DOS RECURSOS DO FUNDO, DA MOVIMENTAÇÃO E DA APLICAÇÃO

Art.5º. Constituirão receitas do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso, além de outras que venham a ser instituídas:

- as dotações orçamentárias que lhe forem destinadas pelo município de Mandaguçu;
- as transferências da União, Estado e de seus órgãos e suas respectivas autarquias, fundações, fundos, empresas públicas e sociedades de economia mista;
- as doações, legados, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis que venha a receber de pessoas físicas ou jurídicas ou de organismos públicos ou privados, nacionais ou internacionais;
- o produto de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;
- os valores das multas previstas na Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003;
- contribuições oriundas de convênios, acordos e contratos;
- as rendas eventuais, inclusive resultantes de depósitos e aplicações de capital;
- as demais receitas destinadas ao Fundo Municipal dos Direitos do Idoso.

Art.6º. Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso serão depositados em conta bancária específica aberta em instituição financeira oficial, sob a denominação "Fundo Municipal dos Direitos do Idoso".

Art.7º. O resultado financeiro apurado no balanço do Fundo, será transferido para o exercício seguinte, a conta do próprio Fundo.

CAPÍTULO IV

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art.8º. As entidades de direito público ou privado que receberam recursos transferidos do Fundo a título de subvenções sociais, auxílios, convênios ou transferências a qualquer título, serão obrigados a comprovar a aplicação dos recursos recebidos, segundo os fins a que se destinaram, sob pena de suspensão de novos recebimentos, além de responsabilização civil, criminal e administrativa.

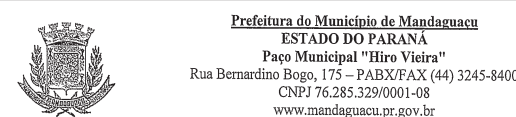
CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.9º. O Fundo Municipal dos Direitos do Idoso não manterá pessoal técnico-administrativo próprio, que na medida da necessidade será fornecido pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 10. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Mandaguçu, 10 de setembro de 2020.



Prefeitura do Município de Mandaguçu

ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 - PABX/FAX (44) 3245-8400
CNPJ 76.285.329/0001-08
www.mandaguçu.pr.gov.br

ORDEM DE SERVIÇO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 13/2020

Que fazem, o Município de Mandaguçu, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Rua Bernardino Bogo, 175, inscrita no CNPJ/ME sob nº 76.285.329/0001-08, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. MAURICIO APARECIDO DA SILVA, brasileiro, casado, doravante denominado CONTRATANTE e JHONATAN ALISSON PINHEIRO, pessoa física, inscrita no CPF 099.304.479-46, localizado na Estrada Morro do Cipó LT 227-A, Sítio São Sebastião, na cidade de Mandaguçu, Estado do Paraná, doravante denominado CONTRATADO, as partes acima qualificadas celebram, entre si, por este instrumento de contrato, fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 006/2020, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

1.1 - Constitui objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, de acordo com a Chamada Pública nº. 006/2020, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

2.1 - O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme disposto no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

3.1 - O limite individual de venda de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural será de até R\$ 19.999,00 (dezenove mil, novecentos e noventa e dois reais) por Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA:

4.1 - OS fornecedores deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

5.1 - O início da entrega dos gêneros alimentícios será imediatamente após o recebimento da Autorização de Fomento, expedida pela Divisão de Alimentação Escolar, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até o período de 31/12/2020 a contar data de assinatura deste contrato.

5.2 - A contratada deverá entregar os alimentos obedecendo ao disposto na Lei 11.947/2009, ao Decreto 6.319/2007, a Resolução CD/FNDE 038/2009, Resolução CD/FNDE 004/2015 e o cronograma de entrega repassado pelo Departamento Municipal de Educação, no qual se atestará o seu recebimento.

5.3 - O recebimento dos gêneros alimentícios dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega.

CLÁUSULA SEXTA:

6.1 - Grupo Formal: Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, a CONTRATADA receberá o valor total de R\$ 19.999,00 (dezenove mil, novecentos e noventa e dois reais), conforme a seguir:

CLÁUSULA SÉTIMA:

7.1 - No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

8.1 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: 324/323/3.3.90.90

CLÁUSULA NONA:

9.1 - O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias, contados da data da entrega efetiva de todos os produtos constantes da respectiva Autorização de Fomento, por meio de depósito em conta corrente, após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pela Nutricionista da Prefeitura Municipal.

9.2 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá 20 (vinte) dias após a data de sua apresentação válida.

9.3 - Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

10.1 - Sem prejuízo das sanções previstas no artigo 87 da lei federal nº. 8.666/93, o Contratado ficará sujeito às seguintes penalidades, garantido a defesa prévia:

10.1.1 - Pela recusa injustificada de retirar a Autorização de Fomento dentro do prazo estabelecido ou de recebê-la dentro de sua validade, multa de 20% (vinte por cento).

10.1.2 - Pelo atraso injustificado na entrega dos produtos:

10.1.2.1 - Atraso até 30 (trinta) dias, multa de 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor total da Autorização de Fomento, por dia de atraso;

10.1.2.2 - A partir do 30º (trigésimo) dia entende-se como inexecução total da obrigação;

10.1.3 - Pela inexecução total do ajuste, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Autorização de Fomento;

10.1.4 - Aplicadas as multas, a Administração descontará do primeiro pagamento que fizer à Contratada, após a sua imposição;

10.1.5 - As multas previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e consequentemente o pagamento delas não extingue o Contratado da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

11.1 - Nos casos de inadimplência do CONTRATANTE, proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº. 11.947, de 16/06/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

12.1 - O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

13.1 - O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos as Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

14.1 - É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

15.1 - O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

15.1.1 - Modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

15.1.2 - Rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inapto do CONTRATADO;

15.1.3 - Fiscalizar a execução do contrato;

15.1.4 - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

15.2 - Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

16.1 - Fica designada a servidora Pauline Calegari (nutricionista), matrícula nº CRN 8.6514, portador do C/RG nº 9988502-5, e inscrita no CPF/ME nº. 062344679-03, para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato, nos termos disciplinados nos art. 58, III e 67 da Lei federal nº. 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

17.1 - O presente contrato reger-se-á, ainda, pela Chamada Pública nº. 001/2018, pela Resolução CD/FNDE nº. 38, de 16/07/2009, pela Lei nº. 11.947, de 16/06/2009, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

18.1 - Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA:

19.1 - As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fac-símile transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA:

20.1 - Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Dezenove, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou intelecção judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

20.1.1 - Por acordo entre as partes;

20.1.2 - Pela inobservância de qualquer de suas condições;

20.1.3 - Qualquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:

21.1 - O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até o período de 12 meses.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA:

22.1 - O presente Contrato está vinculado em todos os seus termos, ao Edital de Chamada Pública nº. 006/2020 e respectivos anexos, bem como ao Projeto de Venda apresentado pelo CONTRATADO.

22.2 - É competente o Foro da Comarca de Mandaguçu para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

22.3 - E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em quatro vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Mandaguçu,



PREFEITURA MUNICIPAL DE
PARANACITY
PARANÁ - BRASIL
CNPJ: 76.970.334/0001-50
RUA PEDRO PAULO VENERIO, 1022
87540-050 / PARANACITY-PR CONTATO@PARANACITY.PR.GOV.BR

EXTRATO DE CONTRATO CHAMAMENTO PUBLICO N. 004/2020

CONTRATO N.º 066/2020.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANACITY.

CONTRATADO: GISLAINE SIMONE DOS SANTOS.

DO OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM PARA O ATENDIMENTO AO ESTADO DE EMERGÊNCIA DA SITUAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA, NO MUNICÍPIO DE PARANACITY-PR.

DO VALOR: R\$ 5.115,87 (CINCO MIL E CENTO E QUINZE REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS), SENDO UM VALOR MENSAL DE R\$ 1.705,29 (UM MIL E SETECENTOS E CINCO REAIS E VINTE E NOVE CENTAVOS).

DA FORMA DE PAGAMENTO: A CONTRATANTE PAGARÁ, MENSALMENTE, AO PRESTADOR DE SERVIÇOS DE SAÚDE, PELOS SERVIÇOS EFETIVAMENTE PRESTADOS.

DA VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03 (TRÊS) MESES.

DO FORO: ELEGEM O FORO DA COMARCA DE PARANACITY, ESTADO DO PARANÁ.

PARANACITY, ESTADO DO PARANÁ EM 03 DE SETEMBRO DE 2020.

Sueli Terezinha Wanderbrook
SUELI TEREZINHA WANDERBROOK
PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO CHAMAMENTO PUBLICO N. 004/2020

CONTRATO N.º 068/2020.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANACITY.

CONTRATADO: NILCÉLIA LOBATO DO NASCIMENTO.

DO OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM PARA O ATENDIMENTO AO ESTADO DE EMERGÊNCIA DA SITUAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA, NO MUNICÍPIO DE PARANACITY-PR.

DO VALOR: R\$ 5.115,87 (CINCO MIL E CENTO E QUINZE REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS), SENDO UM VALOR MENSAL DE R\$ 1.705,29 (UM MIL E SETECENTOS E CINCO REAIS E VINTE E NOVE CENTAVOS).

DA FORMA DE PAGAMENTO: A CONTRATANTE PAGARÁ, MENSALMENTE, AO PRESTADOR DE SERVIÇOS DE SAÚDE, PELOS SERVIÇOS EFETIVAMENTE PRESTADOS.

DA VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03 (TRÊS) MESES.

DO FORO: ELEGEM O FORO DA COMARCA DE PARANACITY, ESTADO DO PARANÁ.

PARANACITY, ESTADO DO PARANÁ EM 03 DE SETEMBRO DE 2020.

Sueli Terezinha Wanderbrook
SUELI TEREZINHA WANDERBROOK
PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2020
CONTRATO N.º. 070/2020

OBJETO: FORNECIMENTO DE PNEUS PARA UTILIZAÇÃO DA FROTA DO MUNICÍPIO DE PARANACITY - PR.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARANACITY.

CONTRATADO: AS3 AUTOMOTIVA LTDA - EPP.

VALOR CONTRATUAL: R\$ 10.240,00 (DEZ MIL E DUZENTOS E QUARENTA REAIS).

INÍCIO DO CONTRATO: 09/09/2020.

TÉRMINO DO CONTRATO: 09/03/2021.

VIGÊNCIA: 06 (SEIS) MESES

PARANACITY – PR., 09 DE SETEMBRO DE 2020.

Sueli Terezinha Wanderbrook
SUELI TEREZINHA WANDERBROOK
PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO – PRAZO DE VIGÊNCIA

ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA
CONTRATO N.º 111/2019
TOMADA DE PREÇO Nº 003/2019

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE ADITIVO É A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DA ÁREA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO COMPLEXO ESPORTIVO, LOCALIZADO NA RUA ARGENTINA, QUADRA 395, NO MUNICÍPIO DE PARANACITY-PR, CONSTANTE DA PROPOSTA APRESENTADA PELA CONTRATADA NOS AUTOS DO PROCESSO LICITATÓRIO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARANACITY, ESTADO DO PARANÁ

CONTRATADO: MONDEO CONSTRUTORA EIRELI.

PRAZO: FICA PRORROGADO COMO FUNDAMENTO NO CONTRATO ORIGINAL. O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO OBJETO DESTA PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, POR MAIS 12 (DOZE) MESES, INICIANDO-SE EM 21/08/2020 COM VENCIMENTO FINAL EM 20/08/2021.

PARANACITY – PR., 21 DE AGOSTO DE 2020.

Sueli Terezinha Wanderbrook
SUELI TEREZINHA WANDERBROOK
PREFEITA MUNICIPAL



CÂMARA MUNICIPAL DE OURIZONA

Rua Bela Vista, 998 – Centro - Fone: (44) 3278-1179 - Fax: (44) 3278-1179 -
CEP: 87170-000 e-mail: camaraourizona.pr.bol.com.br

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º aditivo ao contrato de prestação de serviços 010/2019

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE OURIZONA/PR

CONTRATADA: ATEC PONTO COM. ASSIST. TEC. E EQUIPAMENTOS DE INF. EIRELI

PRAZO: 12 (doze) meses – 10/09/2020 a 10/09/2021

DATA DO TERMO ADITIVO: 09/09/2020

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.00.00.00.1000001.01.01 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.

OBJETO: Prestação de serviços e fornecimento de equipamentos para o ponto eletrônico.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 874,95 (oitocentos e setenta e quatro reais e noventa e cinco centavos).

FUNDAMENTAÇÃO: Artigos 61 e 65, inciso II, alínea "d", da lei 8.666/93.

Fica prorrogado o prazo inicialmente contratado pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 10 de setembro de 2020, com vigência até 10 de setembro de 2021.

Alex Anis
ALEX ANIS

Presidente da Câmara Municipal de Ourizona/PR

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

3º aditivo ao contrato de prestação de serviços 003/2019

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE OURIZONA/PR

CONTRATADA: PRODASP INFORMÁTICA LTDA - EPP

PRAZO: 12 meses – 31/08/2020 a 31/08/2021

DATA DO TERMO ADITIVO: 31/08/2020

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.00.00.00.1000001.01.01 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.

OBJETO: Prestação de serviços e de locação de sistemas de informática

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 3.184,59 (três mil cento e oitenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos).

FUNDAMENTAÇÃO: Artigos 61 e 65, inciso II, alínea "d", da lei 8.666/93.

Fica prorrogado o prazo inicialmente contratado pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 31 de agosto de 2020, com vigência até 31 de agosto de 2021.

Alex Anis
ALEX ANIS

Presidente da Câmara Municipal de Ourizona/PR



Prefeitura Municipal de Paranapoema

Estado do Paraná
CNPJ nº 76.970.391/0001-39

PORTARIA Nº 083/2020

LEURIDES SAMPAIO FERREIRA NAVARRO, Prefeita do
Município de Paranapoema –Paraná, no uso de suas atribuições legais,

CONCEDER, férias regulamentares a que tem direito a
funcionária, **MARINEIDE GONÇALVES**, portadora do CPF Nº 905.717.119-87, RG Nº 35.719.789-7 PR, **AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE**, no período de aquisitivo de 06.07.2018 a 05.07.2019, a partir de 08 de setembro de 2020., conforme artigo 108º da Lei Municipal Nº 144/92, 23 de Novembro de 1992.(REGIME JURÍDICO ÚNICO-RJU).

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

Paço Municipal de Paranapoema- Paraná em 08 de
setembro de 2020.

LEURIDES SAMPAIO FERREIRA NAVARRO
Prefeita Municipal

MARINEIDE GONÇALVES
FUNCIONÁRIA

PORTARIA Nº 082/2020

LEURIDES SAMPAIO FERREIRA NAVARRO,
Prefeita do Município de Paranapoema, Estado do Paraná., no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

CONCEDER a pedido **LICENÇA PRÊMIO**, pelo
período de 03 (Três) meses consecutivos a funcionária, **MARIA APARECIDA MIGUEL**, portador, CPF nº 058.811.279-86, RG nº 9.263.835-9 PR, lotado no quadro de pessoal efetivo desta municipalidade como **ZELADORA**, período de 01.05.2000 a 30.04.21005, com direitos a remuneração, a ser gozadas a partir de 08 de setembro de 2020., conforme Artigo 102º Parágrafo Único, da Lei Municipal nº.144/92 de 23 de Novembro de 1992, (REGIME JURÍDICO ÚNICO).

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRE-SE

Prefeitura Municipal de Paranapoema, Estado do Paraná, 08
de setembro de 2020.

LEURIDES SAMPAIO FERREIRA NAVARRO
Prefeita Municipal

Maria Aparecida Miguel
MARIA APARECIDA MIGUEL
FUNCIONÁRIA

MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA Estado do Paraná Exercício: 2020 EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO Termo de aditivo nº6 Termo do contrato nº. 99/2017, objetivando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NAS ESPECIALIDADES DE CIRURGIA, ULTRASSONOGRAFIA, RAIOS-X, TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA, RESSONANCIA MAGNÉTICA, CONSULTAS E EXAMES.. Decorrente de Inexigibilidade nº 11/2017, que entre si celebraram MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA e a REDE DE ASSISTENCIA A SAÚDE METROPOLITANA inscrita no CNPJ sob nº. 05.550.451/0001-16. Aditiva o contrato na importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) nos termos da Lei de licitações nº. 8.666/93. Fundamentação Legal: Artigo 57, § 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93. Jardim Olinda 11 de setembro de 2020. <i>Lucimara de Souza Moraes</i> Lucimara de Souza Moraes PREFEITA MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIFLOR
ESTADO DO PARANÁ

C.N.P.J. 76.279.975/0001-62

ERRATA PORTARIA Nº 182/2020

MUNICÍPIO DE UNIFLOR, ESTADO DO PARANÁ,
pessoa jurídica de direito público interno, escrito no CNPJ sob p nº 76.279.975/0001-62, com se na Avenida das Flores, nº 118, Centro, nesta cidade de Uniflor, Estado do Paraná, através do Diretor de Divisão de Recursos Humanos, torna público a **ERRATA** referente à **PORTARIA Nº182/2020, de 24 de agosto de 2020**, sobre designação da Servidora Lais Moretto, por apresentar erro de grafia, conforme segue:

A Portaria nº 182, de 24 de agosto de 2020, publicada na edição nº 3225, pag. 09 de 30 de agosto de 2020, do Diário Oficial do Município de Uniflor (O Regional), por lapso de digitação tem-se a seguinte correção:

Onde se lê: 182/2020

Leia-se: 179/2020

Publique-se na integra a Portaria nº 179/2020, devidamente retificada.

Uniflor, 03 de setembro de 2020.

Lorinaldo Bispo de Oliveira
Lorinaldo Bispo de Oliveira
Dir. de Div. de Recursos Humanos

PORTARIA Nº. 179/2020

SUMULA – Designar a substituição temporária de membro da comissão permanente de licitação da Prefeitura Municipal de Uniflor, e da outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNIFLOR, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI,

RESOLVE

Art. 1º - Designar, pelo período de 14/08/2020 a 27/08/2020 a Servidora pública municipal Lais Moretto, portadora de RG nº 10.517.410-1 SSP/PR e CPF nº 071.624.259-56, para atuar como Membro Suplente da comissão permanente de licitação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Uniflor, Estado do Paraná, aos 24 dias do mês de agosto de 2020.

Alan Rogério Petenazzi
ALAN ROGÉRIO PETENAZZI=
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COLORADO
Estado do Paraná

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

DECRETO Nº. 1.006/2020 de 11 de setembro de 2020.

Dispõe sobre as novas medidas de prevenção e flexibilização das medidas do enfrentamento à disseminação do novo coronavírus Covid-19 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a necessidade de estabelecer uma relação direta com a população e com grande grau de responsabilidade, focados em alertar para acabar - isso inclui detectar, proteger e tomar medidas para reduzir a infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19) dando segurança à comunidade com medidas que reforcem o período em que mais precisamos nos unir para prevenir;

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) pelo Ministério da Saúde, em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei Federal nº 13.979, de 2020;

Considerando o Decreto do Governo do Estado 4.230 de 16 de março de 2020, e Decreto 4.258 de 17 de março de 2020, que dispõem sobre as medidas para enfrentamento de emergência de saúde pública e importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);

Considerando a necessidade de intensificação da prevenção da disseminação da doença em face dos elevados riscos de saúde pública, sem perder de vista o aspecto econômico e financeiro dos diversos setores que compõe a cadeia produtiva municipal, sempre primando-se pelo equilíbrio das medidas de prevenção e das consequências de seus resultados;

Considerando os Decretos nº 864/2020 e 868/2020 complementados pelo Decreto 877/2020 de 01/04/2020 e 887/2020, que dispõem sobre medidas emergenciais de restrição e acessibilidade a determinados serviços e bens públicos e privados colididos, enquanto durar o estado de CALAMIDADE PÚBLICA em decorrência da pandemia Coronavírus (COVID-19), em todo território do Estado;

Considerando que para fins de enfrentamento da pandemia do coronavírus (COVID-19) no Município de Colorado, bem como da publicação pelo Ministério da Saúde da Portaria nº 454, em 20 de março de 2020, que declarou a condição de transmissão comunitária do coronavírus (COVID-19) em todo o território nacional e a necessidade premente de enviar todos os esforços em reduzir a transmissibilidade do vírus, ficam estabelecidas medidas adicionais neste decreto.

Considerando a orientação do Ministério Público do Estado do Paraná, em que deve prevalecer o respeito à vida e à saúde, e que as medidas a serem tomadas estejam devidamente fundamentadas com base em prévia manifestação da autoridade pública sanitária competente (municipal e/ou estadual), expressando as evidências epidemiológicas.

Considerando o ofício oriundo da Secretária Municipal de Saúde, notadamente do setor de epidemiologia do Município de Colorado, que recomenda e solicita ao Governo Municipal a prorrogação da vigência das medidas de prevenção, com a adoção de medidas de flexibilização, levando-se em conta a cautela da situação atual da evolução da pandemia no município;

Considerando a deliberação tomada pelo Comitê de Gestão de Crise para Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de importância nacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) do Município de Colorado, conforme Ata de Resolução firmada no dia 11 de setembro de 2020;

DECRETA:

ART. 1º - Altera o inciso I, do artigo primeiro do decreto 890/2020, passando-se a vigorar com a seguinte redação:

"Autoriza a recepção nos templos religiosos de 1/3 de sua capacidade com limite máximo de 80 (oitenta) pessoas para missa/eventos, como por exemplo: casamentos e batismos/culto religioso".

ART. 2º - Altera o inciso IV, do artigo primeiro do Decreto 890/2020, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Autorização para as pessoas com mais de 60 (sessenta) anos participarem dos cultos, missas e celebrações de caráter coletivo, desde que os mesmos não possuam comorbidades crônicas e não sejam do grupo de risco, com o compromisso dos locais religiosos aferirem temperatura e disponibilizar álcool gel em cada entrada das igrejas/templos."

ART.3º. – Acrescenta o inciso XII, do Decreto 890/2020, com a seguinte redação:

"Autoriza que o(s) ministrante(s) possa(m) realizar as suas prédicas e/ou louvores, sem o uso da máscara, respeitando-se o distanciamento mínimo de 02 (dois) metros enquanto fizer uso do microfone, restando proibido o compartilhamento do mesmo equipamento, salvo se realizada higienização própria e adequada no aparelho de microfone pelo tempo necessário à sua sanitização."

ART.4º. – Acrescenta o inciso XIII, do Decreto 890/2020, com a seguinte redação:

"Fica autorizado ministrações de religiosos não residentes no município de Colorado, ficando ainda proibida a realização de eventos ou congressos religiosos que atraiam pessoas não residentes no município de Colorado, permitindo-se ainda que os ministros locais prestem assistência religiosa em outras localidades, bem como que as igrejas locais recebam ministros de outras localidades."

ART. 5º. – Fica Autorizado a realização de eventos com de pequeno porte de buffet com recepção para 1/3 de sua capacidade com limite máximo de 80 (oitenta) pessoas, desde que cumpram rigorosamente os protocolos de segurança sanitária.

ART. 6º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência de 30 (trinta) dias, ficando revogadas as disposições em contrário.

Colorado, 11 de setembro de 2020.

Marcos José Consalter de Mello
Marcos José Consalter de Mello
Prefeito de Colorado



Prefeitura Municipal de Itaguajé

ESTADO DO PARANÁ
Avenida Munhoz da Rocha, 605 - Fone (0**44) 332-1222 / Telefax 332-1283
Caixa Postal 11 - Cep 86.670-000 - ITAGUAJE - PR.

CNPJ 76.970.359/0001-53

PORTARIA Nº 148/2020

O Sr. Crisógono Noletto e Silva Júnior, Prefeito Municipal de Itaguajé, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 464/1998 com base legal no Artigo 59, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE;

CONTRATAR temporariamente, a senhora **Érica Candida Pazini**, portadora da Cédula de Identidade **n.º 7.010.962-0 SSP/PR**, para exercer o cargo de **Enfermeiro**, com lotação na **Secretaria Municipal de Saúde**, a partir de **08(oito) de setembro(09) de 2020(dois mil e vinte)**, tendo em vista classificação em **Teste Seletivo**, aberto pelo Edital n.º 001/2019 de 12/07/2019, cujo resultado foi divulgado pelo Edital n.º 001/2019-F de 23/01/2020 e homologado Decreto 010/2020 31/01/2020.

Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaguajé, em 08(oito) de setembro(09) de 2020(dois mil e vinte).

CRISÓGONO NOLETO E SILVA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Cleber Montre dos Santos
CLEBER MONTE DOS SANTOS
Secretário Municipal de Administração e Fazenda



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÂNGULO

Fone/Fax: (44) 3256.1133

Av. Valério Osmar Esteveiro nº 72 - CEP 86755-000 - Ângulo - Paraná
CNPJ: 93.642.286/0001-15

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2020 – EXCLUSIVO PARA MEs e EPPs

A Comissão Permanente de Licitação, da PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGULO no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 01/2020, de 20/01/2020, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **24 de Setembro de 2020**, às 09:00 horas no endereço, AV VALÉRIO OSMAR ESTEVEIRO, 72, Ângulo-PR, a reunião de recebimento e abertura das documentação e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação nº 25/2020, na modalidade Pregão.

Informamos que a integra do Edital encontra-se disponível no endereço supra